

**Conselho Superior da Justiça do Trabalho**  
**Secretaria de Auditoria**

**Apêndice 2**

Processo SEI 6002545/2024-0

Riscos por TRT

**AGOSTO/2024**

# Sumário

<b>1.</b>	<b>RISCOS .....</b>	<b>3</b>
1.1.	TRT1 .....	3
1.2.	TRT2 .....	5
1.3.	TRT3 .....	9
1.4.	TRT4 .....	9
1.5.	TRT5 .....	16
1.6.	TRT6 .....	16
1.7.	TRT7 .....	16
1.8.	TRT8 .....	16
1.9.	TRT9 .....	22
1.10.	TRT10 .....	22
1.11.	TRT11 .....	26
1.12.	TRT12 .....	27
1.13.	TRT13 .....	28
1.14.	TRT14 .....	28
1.15.	TRT15 .....	29
1.16.	TRT16 .....	30
1.17.	TRT17 .....	30
1.18.	TRT18 .....	32
1.19.	TRT19 .....	35
1.20.	TRT20 .....	38
1.21.	TRT21 .....	38
1.22.	TRT22 .....	38
1.23.	TRT23 .....	38
1.24.	TRT24 .....	41
<b>2.</b>	<b>AValiação de Riscos e Controles da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>41</b>
	R3 - Acidentes e/ou interrupções nas atividades do TRT (manutenção predial corretiva ou preventiva) .....	42
	R4 - Falhas na avaliação e diagnóstico para correção dos problemas (manutenção predial corretiva) .....	43
	R5 - Falhas na identificação, avaliação, diagnóstico e planejamento para correção dos problemas (manutenção predial preventiva) .....	43
	R6 - Dimensionamento indevido da necessidade e definição inadequada do objeto da contratação .....	44
	R7 - Seleção inadequada do fornecedor .....	47
	R8 - Gestão e fiscalização ineficiente da contratação .....	48



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

## 1. Riscos

Levantamento dos riscos relacionados à manutenção predial, identificados pelos TRTs, com exceção dos TRT da 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 14ª, 16ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª que não encaminharam inventários de riscos em resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

### 1.1. TRT1

Constam do painel Gestão de Riscos os objetos prioritários: "seleção de fornecedores - macroprocesso contratação", "gestão de contratos", "planejamento da contratação - macroprocesso contratação", "OE3 - garantir a duração razoável do processo", "planejar as contratações anuais do TRT/RJ", "implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no TRT/RJ", "planejar as contratações de serviços de engenharia para edificações", "OE6 - Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas" e "OE5 - Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas".

Foram resumidos a seguir os riscos relacionados à manutenção predial que constam do painel Gestão de Riscos:

#### Objetos prioritários do macroprocesso contratações

Objeto	Evento de risco	Nível de risco residual	Controle e serem implantados
Planejamento da Contratação	Análise de Riscos deficiente	Extremo	Aperfeiçoamento da Gestão de Riscos dos Contratos
	Documentos de referência com falta de precisão, clareza e objetividade	Extremo	Aperfeiçoamento de Capacitação
	Identificação inadequada de objeto ou solução por estudos inconsistentes	Extremo	Reformulação do ETP online e a criação do formulário com elementos para elaboração do documento de referência
	Retorno à equipe de planejamento para readequação de artefatos	Alto	
	Artefatos sem aspectos formais necessários	Médio	
	Enquadramento fora das especificações legais	Médio	
	Estimativa de preços diferentes do mercado	Médio	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

	<b>Parcelamento inadequado do Objeto</b>	<b>Médio</b>	
<b>Seleção de Fornecedores</b>	Deficiência nas respostas aos pedidos de esclarecimento, pedidos de impugnação, recursos administrativos e recursos judiciais apresentados	Alto	Programa de capacitação continuada em contratação para os integrantes das equipes de planejamento das contratações e na área de licitações
	Aceitação ou recusa de propostas e/ou documentos de habilitação em desacordo com o edital	Médio	
	Contratação de licitante com restrições para participação do certame (sanções), restrições fiscais, trabalhistas e/ou legais de habilitação	Médio	
	Licitantes não mantêm as propostas após a fase de lances do pregão	Médio	
	Ocorrência de conluio (integridade)	Médio	
	Adiamento da licitação	Médio	
	Ausência de clareza e não comunicação sobre data e hora dos eventos relacionados aos pregões eletrônicos (p.ex. data e hora de reinício das sessões após suspensão)	Baixo	
	Conclusão da fase de seleção do fornecedor após a data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou do fornecimento de materiais	Baixo	
	Deixar de instaurar procedimento administrativo para apuração da conduta da licitante que não mantém a proposta após a fase de lances do pregão	Baixo	
	Erro no registro do Compras.gov no momento do agendamento da licitação	Baixo	
	Falta de servidor na área de contratações	Baixo	
	Seleção de Fornecedores - Macroprocesso Contratação	Baixo	
<b>Gestão de Contratos</b>	Descumprimento das regras relativas à reserva de vagas e ações de equidade nos contratos de prestação de serviço continuados terceirizados implementação de regras relativas à reserva	Alto	
	Atraso na execução contratual	Médio	
	Contrato descoberto ou Ineficácia da garantia contratual apresentada	Médio	
	Desconformidade do objeto recebido	Médio	
	Descontinuidade dos serviços contínuos	Médio	
	Ineficiência na gestão e fiscalização do contrato	Médio	Cartilha de Boas Práticas de Gestão e Fiscalização Contratual
	Inexecução parcial ou total da prestação de serviços contratada	Médio	Kit PDCA - Conjunto de modelos contendo procedimentos recomendados à fiscalização baseados na ferramenta de gestão "Ciclo PDCA"
	Pagamento indevido	Médio	
	Pessoalidade no trato com terceirizados	Médio	Cartilha de Boas Práticas de Gestão e Fiscalização Contratual
	Responsabilização subsidiária das	Médio	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS da contratada		
	Vazamento de dados pessoais sensíveis	Médio	

**Demais objetos prioritários com riscos relacionados à manutenção predial**

Objeto	Evento de risco	Nível de risco residual	Controle e serem implantados
Planejar as Contratações Anuais do TRT/RJ	Alteração no planejamento durante o exercício	Alto	
	Inclusão de demandas no PAC sem estudo de viabilidade ou sem observância dos princípios básicos	Alto	Customização do sistema PAC on-line com previsão de informação sobre a existência de estudo prévio para a necessidade planejada para o Plano Anual de Contratações
	Solução inadequada ou não atendimento das reais necessidades do TRT1	Médio	
	Inconsistência no PAC	Baixo	
Planejar as Contratações de Serviços de Engenharia para Edificações	Aumento no prazo para autuar processo de contratação	Alto	Implantação da metodologia BIM para mitigar causas relacionadas à compatibilidade de projetos executivos e orçamentação
	Produção de Projeto Básico inadequado administrativamente, enquanto relacionado à contratação direta de baixo valor	Alto	Elaboração de proposta para a Administração com estudo pormenorizado sobre viabilidade de Projeto Básico simplificado para contratações na modalidade "dispensa de licitação"
	Produção de Projeto Básico inadequado juridicamente (enquadramento da contratação fora dos parâmetros administrativos / legais- lei 14133/2021)	Alto	Intensificar o treinamento sobre licitações e contratos de obras, sob o prisma da lei 14.133/2021
	Projeto Básico obsoleto por modificação superveniente do programa de necessidades	Alto	Documento de aprovação do anteprojeto por autoridade competente (DG/Presidência)
	Elaboração de cronograma físico-financeiro desbalanceado	Médio	Revisão do Cronograma físico-financeiro pela equipe de Fiscalização de Obras
	Produção de caderno de subsídios inadequado nos quesitos habilitação técnica e habilitação econômica	Médio	Estudo de viabilidade para revisão dos créditos para habilitação econômica dos licitantes
	Não formalização das contratações de serviços continuados no prazo adequado	Baixo	

**1.2. TRT2**

Constam da resposta tribunal à RDI SECAUDI 6/2024 os seguintes riscos relacionados à manutenção predial, resumidos a seguir:

Descrição do evento de risco	Controles preventivos	Controles corretivos	Resposta ao risco
Alagamento	1. Manutenção preventiva das bombas de drenagens e troca constantes das bombas, evitando	1. utilização de bombas adicionais para escoamento da água,	Aceitar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	sobrecarga; 2. limpeza de calhas	2. desentupimento de canos obstruídos	
Anomalias em edificações e seus sistemas	1. Inspeção predial periódica, realizada pela área técnica, a fim de avaliar todos os sistemas de cada imóvel, conforme a necessidade.	Contratação de serviços para reforma, recuperação ou reforço de elementos construtivos	Mitigar
Descontinuidade na prestação de serviço e/ou desabastecimento de recursos	1. Controle de prazo de licitações; 2. Cumprir as orientações descritas no Manual de Compras e Licitações.	1. Extensão do contrato vigente; 2. Redistribuição de material entre as unidades. 3. Contratação Direta nos termos da lei.	Mitigar
Vazamento de água	Não é realizada	1. Manutenção corretiva do ponto de vazamento	Mitigar
Ruína de edificação	1. Inspeção predial periódica, realizada pela área técnica, a fim de avaliar todos os sistemas de cada imóvel, conforme a necessidade.  2. Contratação de serviços para reforma, recuperação ou reforço de elementos construtivos	1. Contratação de serviços para reforma, recuperação ou reforço de elementos construtivos	Aceitar
Rotatividade com perda de capital intelectual	1. Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; 2. Treinamento de servidor(es) lotado(s) na Secretaria, para assumirem as atividades a serem redistribuídas.	1. Ordenar as atividades prioritárias mantendo a execução dos serviços administrativos; 2. Redistribuição das atividades entre os servidores do gabinete; 3. Solicitação de reposição do servidor.	Mitigar
Infiltrações	1. Limpeza de calhas	1. Impermeabilização locais com infiltração; 2. manutenção corretiva no ponto de vazamento que ocasiona a infiltração; 3. desobstrução de calhas	Aceitar
Execução de atividades alheias às atribuições da área	1. Delimitação das competências das áreas em instrumento específico.	1. Intervenção da chefia da área.	Mitigar
Suspensão das atividades de uma unidade	1. Realização de manutenções periódicas; 2. Comunicação ágil entre as equipes de administração predial, manutenção e engenharia.	1. Execução de procedimentos emergenciais para restabelecimento do funcionamento da unidade; 2. Contratação/aquisição de serviço em caráter emergencial;	Mitigar
Falha Equipamento (bombas)	1. Manutenção preventiva equipamentos e quadros elétricos	1. Troca equipamento danificado; 2. manutenção corretiva no equipamento danificado	Mitigar
Inobservância de legislação de contratação pública	1. Revisão dos documentos básicos pela Seção de Informação Processual	1. Revisão do processo de compra ou contratação pela SCI e Assejur	Mitigar
Entupimento Canos e Sistema de Hidráulica	1. Limpeza constante de calhas e limpeza adequada ambientes	1. Manutenção corretiva no cano e sistema eliminando a causa do entupimento	Mitigar
Inobservância de legislação específica da área de atuação	1. Pesquisa de normatização e legislação pela área técnica	Não identificado	Mitigar
Rompimento de Tubulações	1. Não é realizada	1. Manutenção corretiva no ponto de rompimento e havendo necessidade e possibilidade é realizada a	Aceitar



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Compras ou contratações fracassadas ou rescindidas	1. Revisão dos documentos básicos pela Seção de Informação Processual	substituição do cano 1. Revisão do processo de compra ou contratação pela SCI e Assejur	Mitigar
Sobrecarga Sistema de Esgoto	1. Manutenção preventiva de bombas	1. Contratação de Limpeza de fossas e encanamento de esgoto	Mitigar
Compras ou contratações ineficazes ou com grande quantidade de aditivos	1. Revisão dos documentos básicos pela Seção de Informação Processual	1. Revisão do processo de compra ou contratação pela SCI e Assejur	Mitigar
Falta de Água	1. Manutenção preventiva de bombas	1. Troca de bombas de abastecimento; 2. manutenção corretiva no elemento que causou a falta de água, 3. ou contatar a empresa de abastecimento para solucionar o problema da concessionária	Mitigar
Restrição orçamentária	1. Medidas de redução de custo de contas de consumo; 2. Troca de imóveis por outros mais econômicos.	Renegociação de obrigações contratuais.	Mitigar
Falha infraestrutura Elétrica e de dados	1. Manutenção preventiva de circuitos e quadros elétricos	1. Manutenção corretiva dos pontos com problema	Mitigar
Morosidade administrativa	1. Substituição de processos de apuração de descumprimento contratual por acordos de nível de serviço	Não identificado	Mitigar
Curtos elétricos	1. Manutenção preventiva de circuitos e quadros elétricos	1. Manutenção corretiva dos pontos com problema	Mitigar
Ausência de cargo específico na área técnica	Não identificado	Não identificado	Evitar
Falta de Alimentação de Energia	1. Manutenção preventiva de circuitos e quadros elétricos	1. Manutenção corretiva dos pontos com problema, 2. contatar a concessionária para reestabelecimento do fornecimento em caso de falha dela	Mitigar
Ausência de prioridades das demandas	Não identificado	Não identificado	Evitar
Queda Divisórias e Estrutura de Marcenaria	Não é realizada	1. manutenção Corretiva	Aceitar
Mudança nas diretrizes para utilização das áreas	1. Solicitação de aprovação dos projetos pela área requisitante antes da execução	Não identificado	Mitigar
Pavimentação (pisos e calçadas) quebradas e inadequadas	Não é realizada	1. manutenção Corretiva	Aceitar
Insuficiência de mão-de-obra	1. Delimitação das competências das áreas em instrumento específico; 2. Planejamento de férias, evitando marcação de muitos servidores no mesmo período; Planejamento de treinamentos em turmas	1. Intervenção da chefia da área	Mitigar
Falhas Sistema de Som de Audiências	1. Manutenção preventiva.	1. manutenção Corretiva	Mitigar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

e Eventos			
Ausência de softwares específicos para o desenvolvimento das atividades da área	1. Conferência redobrada de dados e valores	Não identificado	Evitar
Aquisição Inadequada de Materiais (materiais errados, em excesso ou em quantidade inferior ao necessário)	1. Controle de estoque; 2. e confecção de catálogo padronizado de objetos a serem adquiridos	1. Aquisição emergencial	Aceitar
Incompatibilidade de servidor com as rotinas da Seção	1. Capacitação dos servidores novos com cursos específicos de cada área	Não identificado	Mitigar
Contratação Insatisfatória de Equipes	1. Detalhamento das contratações após análise do histórico de ocorrências	1. Aplicação de penalidades contratualmente previstas; 2. em último caso rescisão contratual e contratação emergencial para o serviço	Mitigar
Má prestação de Serviço	1. Fiscalização e gestão efetiva dos contratos procedendo a qualificação dos serviços prestados e solicitando que sejam refeitos em caso de prestação inadequada	1. Aplicação de penalidades contratualmente previstas; 2. em último caso rescisão contratual e contratação emergencial para o serviço	Mitigar
Interrupção na Prestação de Serviço	1. Gestão efetiva do contrato, cobrando a empresa em todas as falhas apuradas	1. Aplicação de penalidades contratualmente previstas e Contratação emergencial para o serviço	Mitigar
Baixa qualidade dos Materiais Fornecidos	1. Criação de catálogo de materiais padronizados com descrição detalhada de insumos a serem adquiridos	1. Nova adequação dos materiais necessários	Mitigar
Sobrecarga Equipe	1. Divisão do Trabalho	1. Treinamento dos servidores; 2. Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de cada servidores.	Mitigar
Trabalhos Inadequados	1. Revisão do Trabalho e busca auxílio com a assessoria jurídica	1. Treinamento dos servidores, divisão do trabalho de acordo com a capacidade dos servidores	Mitigar
Ruídos em Comunicação	Não é tratado	1. Reunião	Aceitar
Acidente de trabalho	1. treinamento sobre segurança do trabalho obrigatório para os prestadores de serviço residente	1. Treinamento dos servidores	Aceitar
NR específica para cada demanda	1. Treinamento em técnicas e segurança do trabalho exigido às empresas contratadas. 2. Contratação de profissionais com conhecimento, treinamento e certificação em NR específicas, com maior probabilidade de utilização como: NR 10 ? Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 33 ? Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; e NR 35 ? Trabalho em Altura.	Fiscalização efetiva do trabalho, verificando in loco a realização das atividades de acordo com a NR exigida, solicitando a paralisação do serviço em caso de descumprimento e regularização dos serviços	Aceitar
Descumprimento da	1. Realização de cursos sobre	1. Realização de adaptações	Mitigar





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Lei 13.146/2015 - Estatuto da pessoa com deficiência	acessibilidade, a fim de atualizar e esclarecer dúvidas dos servidores desta Coordenadoria; 2. Participação de servidores na Comissão de Acessibilidade do TRT2	nos ambientes em caso de dificuldades de acesso; 2. Instalação de espaços acessíveis alternativos, como sala de audiências no pavimento térreo, conforme necessidade específica; 3. Análise das solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, a fim de atender necessidades específicas de servidores e jurisdicionados	
Descumprimento do Ato GP nº 26/2019 - Política Ambiental	1. Realização de cursos e reuniões relacionadas ao tema, a fim de atualizar e esclarecer dúvidas dos servidores desta Coordenadoria; 2. Estudos sobre novas tecnologias e viabilidade de implantação	Não há.	Mitigar

### 1.3. TRT3

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

O tribunal informou que está realizando levantamento para a primeira versão do Plano de Gerenciamento de Riscos da Gestão Predial, nos moldes da Resolução CJST 365/2023.

### 1.4. TRT4

Constam os seguintes riscos no Plano de Tratamento de Riscos 2018/2019, divididos nas categorias capacitação, processos, pessoas, boas práticas, saúde e sistemas.

Verificou-se a existência de riscos relacionados à manutenção predial nas categorias capacitação, processos e sistemas, riscos resumidos a seguir:

#### Categoria: Capacitação

Tratamento	Processo	Risco associado	Sugestão de Monitoramento
Capacitação técnica dos servidores nos temas afetos à matéria de Segurança do Trabalho	Fiscalização de obra	Falta de apontamento quanto a não observância dos aspectos de segurança do trabalho	Monitoramento anual do índice de acidentes, realizado por seção a ser criada
Capacitação técnica dos servidores nos temas afetos a medições em	Manutenção predial	Medição de material e serviço em desacordo com o efetivamente executado	Avaliação, por amostragem, da adequação dos critérios de medição, realizada por seção a ser



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

contratações			criada, com frequência a ser definida no planejamento da contratação, a depender do objeto
--------------	--	--	--

**Categoria: Processos**

Tratamento	Processo	Risco associado	Sugestão de Monitoramento
Conferência da tarefa por outro servidor	Fiscalização de aquisição/contratação de bens e serviços	Necessidade de elaborar nova proposta de aditivo	Acompanhamento semestral, pela Sempro, da efetividade do controle
Elaboração de planilha compartilhada para que as áreas preencham os dados sobre encaminhamento das demandas do PGC	Plano de Gestão das Contratações	Atraso na apuração de dados	Acompanhamento trimestral pela SA dos resultados do preenchimento da planilha
Análise da possibilidade de fiscalização/gestão dos contratos de modo compartilhado entre a área de contratos e a área técnica	Fiscalização de contratos de energia elétrica	Dificuldade de alterações de cláusulas contratuais com as concessionárias	Acompanhamento, pela DG, em 4 meses, do resultado da análise
Antecipação do serviço de avaliação de modo que garanta que o imóvel tenha valor atualizado 120 dias antes do encerramento contábil e/ou da renovação do contrato de locação	Controle imóveis (próprios e locados)	Valores desatualizados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União	Acompanhamento mensal, pela Seção de Bens Imóveis, de todos os laudos a vencer
Antecipação do serviço de avaliação de modo que garanta que o imóvel tenha valor atualizado na data do encaminhamento da prorrogação contratual	Locação de imóveis	Prorrogação da locação com valores desatualizados	Acompanhamento mensal, pela Seção de Bens Imóveis, de todos os laudos a vencer
Criação de índice para análise da relação entre o valor estimado e o valor adjudicado	Planejamento da contratação/Aquisição	Valor estimado da contratação diferente do praticado no mercado	Acompanhamento mensal, pela SA, da relação entre o valor estimado e o valor adjudicado por meio de ferramentas de gestão, como o SILC e o Qlik
Levantamento de contratos em que há pagamento parcelado da garantia e acompanhamento, pelos fiscais, dos pagamentos efetuados pela contratada à seguradora	Gestão de Contratos	Garantia cancelada	Acompanhamento trimestral, pela SA, das ocorrências de cancelamento de seguro contratual
Revisão do fluxo do processo de sanções administrativas, com verificação, junto ao fiscal, de pendências contratuais que podem ensejar a necessidade		Perda de prazo para acionamento da garantia	Acompanhamento semestral pela SA dos resultados da revisão de fluxo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

de acionamento da garantia nos 30 dias que antecedem ao término da cobertura contratual			
Avaliação de Engenheiro de Segurança do Trabalho quanto às instalações e disposição do maquinário.	Alteração de layout	Ineficiência dos processos de montagem	Vistoria anual do Engenheiro de Segurança do Trabalho.
Checklist, de acordo com estudo prévio, para definição de exigências mínimas e máximas para cada tipo de instalação	Análise de viabilidade técnica de terreno (para construção)	Análise superficial das características do imóvel	Acompanhamento semestral, pela Sempro, para avaliação da efetividade do checklist
Checklist de revisão quanto aos aspectos legais de viabilidade do projeto antes do encaminhamento à licitação.	Fiscalização de obra	Inadequação dos projetos à legislação vigente	
Checklist dos documentos necessários para aprovação do projeto de acordo com legislação municipal.	Habite-se	Apresentação de documentação incompleta	
Contratação de escritório especializado para elaborar projetos unificados	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Atraso no encaminhamento da solicitação	Acompanhamento semestral, pela Sempro, dos desempenho da equipe contratada
Contratação de serviço terceirizado de fiscalização.	Fiscalização de obra	Visitas em periodicidade incompatível com a evolução da obra	
	Modernização das instalações	Recebimento de serviços com baixa qualidade	
Limitação das demandas designadas simultaneamente a cada servidor em função da natureza do serviço e capacidade operacional	Elaboração de projeto para construção de edificação	Falta de tempo hábil para interpretação da legislação municipal (Plano Diretor, Código de Obras, etc.)	Acompanhamento bimestral, pelo coordenador da área, da planilha de demandas designadas.
		Falta de tempo para vistoriar o local antes de iniciar a elaboração do projeto	
		Elaboração de projeto sem análise detalhada e em desacordo com as necessidades da Unidade	
		Elaboração de projetos incompletos	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Falta de tempo para vistoriar o local antes de iniciar a elaboração do projeto	
		Elaboração de projeto sem análise detalhada e em desacordo com as necessidades da Unidade	
		Atraso no encaminhamento da solicitação	
		Elaboração de projetos incompletos	
	Fiscalização de	Verificação incompleta	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

	aquisição/contratação de bens e serviços	dos quantitativos objeto do aditivo	
		Pouco tempo para o desempenho das atividades de acompanhamento do contrato	
		Atraso na emissão da Ordem de Início dos Serviços	
		Atraso ou não instrução de processos administrativos acerca de inadimplementos	
Definição contratual de Acordo de Nível de Serviço (ANS), de forma a promover desconto na medição para fins de faturamento.	Manutenções sob responsabilidade da Seção de Instalações Eletrológicas (subestação, elétrica, rede lógica)	Atendimento de demanda fora do prazo	Avaliação anual por amostragem, pela Sempro, da eficácia dos descontos do Acordo de Nível de Serviço (ANS) no atendimento dos prazos das demandas
Definição formal, junto à administração, da priorização das demandas a serem atendidas, levando-se em consideração a natureza do serviço e a capacidade operacional	Gestão de projeto	Inexecução do projeto, obra ou ação pretendida	Acompanhamento mensal, pelo diretor da área, do cumprimento da priorização definida pela administração.
		Atraso na elaboração dos projetos	
		Atraso no atendimento da demanda	
		Comprometimento do orçamento no exercício	
Elaboração de planilha com alerta para controle de prazos	Plano de Prevenção e Combate a Incêndio	Inscrição da despesa em Restos a Pagar	
Elaboração de planilha com alerta para controle de prazos	Plano de Prevenção e Combate a Incêndio	Expiração do prazo de validade	Acompanhamento trimestral, pelo Coordenador da área, dos prazos previstos e realizados
Estabelecer a figura do fiscal setorial (servidor da unidade judiciária autora da demanda), que atuará a depender da natureza do objeto e será auxiliado pela equipe de servidores da área técnica.	Fiscalização de aquisição/contratação de bens e serviços	Pendências na verificação da execução dos serviços	Acompanhamento pelo fiscal técnico, por amostragem, dos atestes realizados pelos fiscais setoriais.
Estabelecimento de rotina para confirmação de serviço finalizado.	Manutenção predial	Finalização do chamado antes de concluída a execução do serviço	Acompanhamento semestral, pela Sempro, para avaliação da efetividade do controle
Incluir todos os serviços e materiais necessários para conclusão da obra na planilha de orçamento	Fiscalização de obra	Interferência no caminho crítico da obra	
Informar à Administração, que deliberará acerca dos procedimentos a serem adotados.		Falta de solução dos problemas apontados	
Justificar ou comprovar encaminhamento a diversos fornecedores (no mínimo 3) na solicitação de aquisição/contratação	Aquisição/contratação de bens e serviços	Impossibilidade de instrução do processo administrativo	
Levantamento de		Valor de referência não	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

custos unitários onde reste demonstrada a pesquisa junto às bases de preço admitidas (SINAPI e FRANARIM), Paineis de Preços e/ou diretamente com fornecedores do mercado		refletir a realidade dos preços de mercado	
Mapeamento do fluxo do processo de elaboração de projeto, com definição de prazos adequados para execução de cada etapa.	Elaboração de projeto de climatização	Elaboração de estudo em desacordo com o programa de necessidades	Acompanhamento semestral, pela Sempro, da efetividade do controle após o mapeamento dos fluxos.
	Elaboração de projeto elétrico	Projeto elétrico incompatível com as exigências dos órgãos responsáveis pela aprovação	
	Elaboração de projeto para construção de edificação	Elaboração de projeto de obra sem os resultados do levantamento planialtimétrico e/ou dos estudos geotécnicos	
		Elaboração de projeto de obra sem os resultados do levantamento planialtimétrico e/ou dos estudos geotécnicos	
		Falta de tempo hábil para interpretação da legislação municipal (Plano Diretor, Código de Obras, etc.)	
		Falta de tempo para vistoriar o local antes de iniciar a elaboração do projeto	
		Elaboração de projeto sem análise detalhada e em desacordo com as necessidades da Unidade	
		Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
		Alterações no projeto	
		Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
	Elaboração de projeto para construção de edificação	Elaboração de projetos incompletos	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Falta de tempo hábil para interpretação da legislação municipal (Plano Diretor, Código de Obras, etc.)	
		Falta de tempo para vistoriar o local antes de iniciar a elaboração do projeto	
		Elaboração de projeto sem análise detalhada e em desacordo com as necessidades da Unidade	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

		Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Elaboração de projetos incompletos	
		Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
	Elaboração de projeto para construção de edificação	Necessidade de alteração dos demais projetos	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout		
	Fiscalização de obra	Alteração de escopo (necessidade de material ou serviço não previsto)	
	Elaboração de projeto de climatização	Projeto não atende à necessidade	
Planejamento formal da contratação com participação da equipe de fiscalização, contendo previsão justificada dos critérios de medição, fontes de referência (caderno técnico do SINAPI, TCPO).	Aquisição/contratação de bens e serviços	Imprecisão nos critérios de medição a serem adotados pela fiscalização	Acompanhamento semestral, pela Sempro, para avaliação da efetividade do controle
	Manutenção predial	Medição de material e serviço em desacordo com o efetivamente executado	
Registro formal de acompanhamento dos serviços realizados na contratação vigente, por meio de instrução de processo administrativo de fiscalização.	Aquisição/contratação de bens e serviços	Falta de dados históricos para subsidiar a elaboração do Termo de Referência	Conferência, por seção a ser criada, responsável pelo monitoramento da instrução de processos, quando houver movimentação destes para dentro/fora da Secretaria.
	Manutenção predial	Inexistência de registros compilados para acompanhamento dos eventos ocorridos durante a execução do contrato	Acompanhamento trimestral, pelo Coordenador da área, dos registros efetuados pela fiscalização
		Não identificação de serviços que estão em período de garantia	
		Falta de aplicação de sanção administrativa em casos de descumprimento contratual	
		Falta de registro formal de acompanhamento do serviço	

**Categoria: Sistemas**

Tratamento	Processo	Risco associado	Sugestão de Monitoramento
Implementação do Sistema de Controle de Materiais e	Aquisições e Contratações de Bens e	Dificuldade de armazenamento	Acompanhamento semestral, pela SA, da implementação do SCMP



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Patrimônio (SCMP)	Serviços		
	Inventário	Bens movimentados incorretamente Bens não localizados	
	Desfazimento de bens	Bens tombados incorretamente	
Criação de banco de dados com informações e plantas consolidadas, completas e atualizadas das edificações, incluindo feedbacks de contratações passadas e sistema informatizado de busca de informações.	Aquisições e Contratações de Bens e Serviços	Falta de dados históricos para subsidiar a elaboração do Termo de Referência	Acompanhamento anual pela Sempro, por amostragem, da adequação dos dados registrados no sistema.
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Falta de tempo para vistoriar o local antes de iniciar a elaboração do projeto	
Implementação do conceito BIM (Building Information Modelling) e "clash detection" para auxiliar compatibilização de projetos e consequente melhora nas especificações. Requer softwares robustos, hardwares mais potentes, capacitação de equipe, consultoria para projeto piloto, infraestrutura de TI para armazenamento e transmissão de arquivos, padronização de método de trabalho. Possibilita a automatização de verificação de regras (Legislação, Normas, etc.).	Aquisição/contratação de bens e serviços	Valor de referência não refletir a realidade dos quantitativos necessários	Aferição pela Sempro, por amostragem, do nível de precisão obtido com o uso da ferramenta
	Elaboração de cronograma	Definição de prazo incompatível com o objeto	
	Elaboração de orçamento	Quantitativos de materiais e/ou serviços em desacordo com os projetos	
	Elaboração de projeto para construção de edificação	Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
		Elaboração de projetos incompletos	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Falta de compatibilização entre os projetos complementares	
		Elaboração de projetos incompletos	
	Fiscalização de aquisição/contratação de bens e serviços	Necessidade de aditivo contratual	
	Fiscalização de obra	Necessidade de material ou serviço não previsto	
		Divergência entre os preços orçados e aqueles praticados no mercado	
		Inexecução das parcelas conforme previsto	
	Elaboração de projeto para reforma e alteração de layout	Falta de tempo hábil para interpretação da Legislação municipal (Plano Diretor, Código de Obras, etc.)	





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1.5. TRT5**

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

**1.6. TRT6**

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024. Contudo, o tribunal informou que tem previsão de conclusão até agosto de 2024.

**1.7. TRT7**

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

**1.8. TRT8**

Constam os seguintes riscos no Plano de Tratamento de Riscos nas Aquisições e Contratações de Serviços de 2017 sob a gestão do Coordenador de Manutenção e Projetos:

Evento de risco	Controle
TRT8.SAUDE. 0002 Danos à saúde dos Magistrados e dos Servidores	Efetuar manutenção periódica dos aparelhos de ar-condicionado, por exemplo, a cada 3 meses. Realizar limpeza interna e de filtros. Eliminar ruídos do equipamento.
	Contratar empresa especializada para dedetizar as unidades do Tribunal com foco nos mosquitos transmissores de doenças.
	Contratar profissionais especialistas em segurança do trabalho para compor o quadro de servidores.
	Realizar estudo técnico preliminar para mudança de layout nos locais de atendimento ao jurisdicionado, visando minimizar riscos de contaminação por vírus e agressão física.
	Projetar e implementar ambientes com ventilação natural a fim de permitir que magistrados e servidores possam usufruir de ambientes com renovação de ar natural.
TRT8.SAUDE.0003 Exposição à poeira	Instalar planos locais de trabalho, principalmente onde há contato direto com o público.
	Contratar empresa especializada para executar e manter a limpeza do acervo.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Efetuar manutenção periódica dos aparelhos de ar-condicionado, por exemplo, a cada 3 meses. Realizar limpeza interna e de filtros. Eliminar ruídos do equipamento.
TRT8.SAUDE.0007 Exposição à umidade e mofo	Instalar aparelhos medidores e controladores de umidade em ambientes de armazenamento. Implementar solução de renovação do ar nos ambientes de armazenamento, a exemplo de exaustores de ar. O objetivo é eliminar ou diminuir mofo, fumaças, poeiras e umidade.
TRT8.INFRA.0005 Ausência de nobreaks que mantenham energia por ocasião de surtos elétricos na unidade	Implementar solução para aquisição e instalação de nobreaks com a finalidade de manter a energia elétrica nos equipamentos de informática, evitando perda de expediente e queima de computadores. Implementar solução para licitação e contratação de empresa que realize manutenção periódica dos nobreaks.
TRT8.INFRA.0006 Ausência de instalação hidráulica adequada para as caixas d'água	Desenvolver projeto hidráulico com o objetivo de levantar a real necessidade e a solução hidráulica, minimizando a possibilidade de danos patrimoniais e desperdício de água na unidade. Implementar solução para realização de manutenção periódica por meio de fiscalização técnica.
TRT8.INFRA.0007 Sobrecarga elétrica e queima de equipamento	Implementar solução para realização de manutenção elétrica e distribuição adequada de energia. Implementar solução para a realização de manutenção periódica no sistema de distribuição de energia.
TRT8.INFRA.0009 Falta de energia elétrica	Implementar solução para fornecimento e instalação de gerador elétrico com o objetivo de reduzir a paralisação das atividades e perda de produtividade na unidade. Implementar solução para manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado. Implementar solução para aquisição de subestação de eletricidade para fornecimento da energia principal necessária para a unidade, atenuando o risco de panes no equipamento.
TRT8.INFRA.0011 Deterioração de materiais pelo uso e pelo tempo	Implementar solução para realizar manutenções no prédio e evitar retrabalho, perdas financeiras e prejuízos ao bom andamento das atividades laborais, por motivo de deterioração de materiais. Implementar programação para controle de pragas específico para cada inseto e animal peçonhento uma vez por mês.
TRT8.INFRA.0013 Danos físicos a pessoas e patrimônio do TRT8 pelo comprometimento da estrutura predial da unidade	Implementar solução para realização de manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial visando reduzir riscos de aparecerem rachaduras nas paredes do prédio. Elaborar e implementar checklist para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como rachaduras, goteiras e risco de curto circuito elétrico.
TRT8.INFRA.0014 Quebra de peças de veículos motivada por desgaste pelo uso	Implementar solução para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos com a finalidade de reduzir riscos de quebra inesperada de peças por falta de manutenção preventiva regular. Elaborar e implementar checklist para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como necessidade de troca de óleo, pneus carecas, ferrugens, faróis queimados, falta de alinhamento e balanceamento, etc.
TRT8.INFRA.0015 Queda na escada provocada por degrau	Instalar tapetes antiderrapantes com a finalidade de minimizar a possibilidade de magistrados, servidores e jurisdicionados sofrerem acidentes.
TRT8.INFRA.0016 Acondicionamento indevido de material	Viabilizar aquisição e instalação de estantes apropriadas para acondicionar e organizar materiais, armazenar os processos, etc., a fim de evitar que processos fiquem empilhados diretamente no piso da unidade. Definição de novo layout, com disposição ordenada dos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	materiais.
TRT8.INFRA.0017 Falta de local apropriado para acomodar rack com equipamentos de Internet	Implementar solução para alocar de forma apropriada os equipamento de rede de computadores com o objetivo de minimizar riscos de falta de link de rede, retrabalho, parada de sistemas essenciais como PJE e Intranet, assim como danos à saúde e desmotivação de magistrados e servidores.
TRT8.INFRA.0018 Interrupção da linha telefônica	Implementar solução para manutenção corretiva e preventiva com a finalidade de manter a Central Telefônica operante e em boas condições de uso. Viabilizar checklist e acordo de níveis mínimos de serviços. Garantir a adequada programação da Central telefônica. Manter vistorias, testes e controle de manutenção preventiva por meio de amostragens de testes em ramais das unidades.
TRT8.INFRA.0019 Calor excessivo na unidade por defeito em aparelho de ar-condicionado	Aprimorar solução para manutenção corretiva e preventiva, com a finalidade de manter os aparelhos de ar-condicionado operantes e em boas condições de uso. Viabilizar checklist e acordo de níveis mínimos de serviços. Adquirir e instalar aparelhos exaustores e implementar serviços de climatização do ambiente.
TRT8.INFRA.0020 Ausência de ramais telefônicos suficientes	Implementar solução para contratação de empresa especializada em serviços de telefonia como o objetivo de manter a disponibilidade da telefonia na unidade.
TRT8.INFRA.0021 Acúmulo de serviço na assessoria do magistrado por exposição direta ao público jurisdicionado	Implementar solução para manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial visando reduzir riscos de exposição direta da assessoria do magistrado ao público jurisdicionado e consequente acúmulo de serviços. Elaborar e implementar checklist para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como rachaduras, goteiras e risco de curto circuito elétrico.
TRT8.INFRA.0022 Danos aos computadores e danos pessoais por motivo de instalações elétricas inadequadas	Implementar solução para manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, visando reduzir riscos de danos pessoais e materiais motivados por instalações elétricas inadequadas. Elaborar e implementar checklists para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades, como cargas não balanceadas; fios elétricos descascados, não utilização de EPI's; passagem de fios fora de canaletas; utilização de circuitos compartilhados com o circuito de computadores e impressoras que devem ser exclusivos; etc.
TRT8.INFRA.0023 Inexistência de local de trabalho	Implementar solução para prover local apropriado e realizar manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial visando reduzir riscos de retrabalho, perdas financeiras e prejuízos ao bom andamento das atividades laborais por motivo de inexistência de local de trabalho. Elaborar e implementar checklists para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como rachaduras, goteiras e risco de curto circuito elétrico.
TRT8.INFRA.0024 Falta de manutenção em elevadores	Implementar solução para prestação de serviços de manutenção de elevadores com a finalidade de garantir manutenções periódicas a fim de evitar pânico e desespero das pessoas presas no elevador, pela demora no socorro. Elaborar e implementar checklists para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem registros de mau funcionamento dos elevadores.
TRT8.INFRA.0026 Calor excessivo na unidade por inexistência de aparelho de ar-condicionado	Implementar solução para aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado.
TRT8.INFRA.0027 Exposição água	Implementar manutenção periódica nos sistemas de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

contaminada	fornecimento de água passando pelas tubulações até a caixas d'água, visando minimizar os riscos de exposição à água contaminada.
TRT8.INFRA.0028 Ausência de documentação da rede elétrica dos prédios das unidades	Criar ou atualizar a documentação onde constam os projetos, diagramas, plantas e as built da rede elétrica das unidades.
TRT8.INFRA.0029 Ausência de documentação das obras de engenharia	Criar ou atualizar a documentação onde constam os projetos, diagramas, plantas e as built da rede lógica das unidades.
TRT8.SEGUR.0004 Incêndio nas dependências do Tribunal.	Criar ou atualizar a documentação onde constam os projetos, diagramas, plantas e as built da construção.
	Instalar sprinkler (sistema anti-incêndio que funciona sem a necessidade da ação humana imediata, produzindo uma espécie de "chuva" característica quando a temperatura atinge níveis elevados).
	Instalar detector de fumaça (aparelho que detecta a presença de fumaça em um determinado ambiente, que pode ser originada de um início de incêndio, e aciona um sistema de alarme).
	Implantar sistema de detecção e alarme de incêndio (conjunto de elementos planejadamente dispostos e adequadamente interligados para detectar precocemente princípios de incêndio, fornecer sinalizações audiovisuais e comandar dispositivos de segurança e/ou extinção).
	Instalar porta corta fogo (porta que impede ou retarda a propagação do fogo e calor de um ambiente para o outro).
	Instalar sistema de hidrantes (sistema de combate a incêndio composto por reserva de incêndio, bombas de incêndio (quando necessário), rede de tubulação, hidrantes e outros acessórios).
	Contratar localmente empresa de manutenção elétrica para desenvolver e implementar projeto de balanceamento de carga elétrica e distribuição adequada de energia.
TRT8.SEGUR.0006 Acesso físico ao tribunal e suas dependências por pessoa não autorizada	Implementar solução para manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, visando reduzir riscos de danos pessoais e materiais motivados por instalações elétricas inadequadas.
	Projetar adequadamente os novos circuitos elétricos das instalações do Tribunal, dimensionando adequadamente sua carga de acordo com as normas específicas.
	Instalar iluminação adequada, principalmente nas áreas externas às dependências do Tribunal.

Constam os seguintes riscos no Plano de Tratamento de Riscos nas Aquisições e Contratações de Serviços:

Evento de risco	Controle
ADM.01 - Ausência de priorização das aquisições que apoiam a implementação das ações organizacionais mais relevantes	Plano plurianual de obras
	Proposta orçamentária prévia
	Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)
	Plano de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação
ADM.02 - Erros e omissões por parte dos diversos atores envolvidos na execução do processo de contratação	Plano anual de aquisições
	Manual de processos Administrativos
	Plano de projeto de licitação sustentável
	Fluxograma do processo de gestão de contratos
ADM.03 - Erros e omissões por parte dos diversos atores envolvidos na execução do processo de gestão do contrato	Guia de fiscalização de contratos
	POP da renovação contratual portaria presi nº 641/2015
	Padronização dos procedimentos de fiscalização técnica e administrativa
	Manual de processos administrativos
	Fluxograma do processo de gestão de contratos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ADM.04 - Impossibilidade de dimensionar os controles internos proporcionalmente à materialidade das contratações	Manual de processos administrativos
ADM.05 Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos	Comissão multidisciplinar de aquisições
	Plano de projeto de licitação sustentável
	Comitê de padronização de projetos e editais de licitação
	Equipe de planejamento da aquisição
	Padronizar termo de referência e projeto básico
ADM.06 - Contratos com padrões/modelos inadequados	Capacitação em elaboração de PPLS
	Plano de projeto de licitação sustentável
	Comitê de padronização de projetos e editais de licitação
ADM.07 - Desconsideração dos riscos existentes na contratação e gestão do contrato	Comissão multidisciplinar de aquisições
	Plano de projeto de licitação sustentável
ADM.08 - Desconsideração de riscos relevantes	Elaboração de estudos técnicos preliminares
	Comissão multidisciplinar de aquisições
ADM.09 - TR ou PB cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contratação sem mecanismos adequados para a gestão contratual	Plano de projeto de licitação sustentável
	Comitê de padronização de projetos e editais de licitação
	Equipe de planejamento da aquisição
	Padronizar termo de referência e projeto básico
	Capacitação em elaboração de PPLS
ADM.10 - Contratações desalinhadas aos requisitos previstos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho	Comissão multidisciplinar de aquisições
	Plano de projeto de licitação sustentável
	Comitê de padronização de projetos e editais de licitação
	Requisito de sustentabilidade para aprovação de PPLS
ADM.11 - Divergências com a contratada sobre quantidade demandada (e executada)	Pagamento realizado por medições
	Métodos objetivos de medição de produtividade em contratos de terceirização de mão-de-obra
	Capacitação em fiscalização técnica de contratos
ADM.12 - Aplicação de penalidades excessivas	Gradação de penalidades existentes
	Gradação de penalidades em casos omissos
ADM.13 - Ineficiência e ineficácia da fiscalização contratual	Fiscalização administrativa de contratos
	Mecanismos de fiscalização administrativa
	Padronização de contratos
	Penalidades em descumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas
	Controles mais abrangentes em apoio à fiscalização de obrigações acessórias
	Comunicação aos órgãos de fiscalização acerca de irregularidades
	Terceirização da fiscalização das obrigações fiscais e trabalhistas
ADM.14 - Impossibilidade de determinar se o preço estimado/contratado é corrente no mercado	Método de estimação de preços em contratações de serviços
	Aplicação da IN SLTI/MPOG nº 5/2014
	Plano de projeto de licitação sustentável
	Ferramenta de pesquisa de preços
ADM.15 - Contratação de empresa incapaz de executar a avença	Dimensionamento de estimativa de custos
	Características do objeto para atestação técnica
	Especificação pelo setor técnico de item relevante
ADM.16 - Limitação indevida da competição	Comprovação de capacidade técnica
	Características do objeto para atestação técnica
ADM.17 - Inclusão no TR ou PB de referência de preço inadequada	Comprovação de capacidade técnica em serviços relevantes para o conjunto do objeto
	Plano de projeto de licitação sustentável
ADM.18 - Indisponibilidade orçamentária	Especificações padronizadas por órgão superior
	Sistema de gestão orçamentária (SIGEO)
	Proposta orçamentária prévia
	Acompanhamento gerencial da execução orçamentária
	Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Plano anual de aquisições
	Plano plurianual de obras
	Renegociação de contratos
ADM.19 - Inércia no planejamento das contratações ainda não iniciadas (não execução orçamentária)	Sistema de gestão orçamentária (SIGEO)
	Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)
	Plano anual de aquisições
	Acompanhamento gerencial da execução orçamentária
	Licitações no primeiro semestre
	Alinhamento entre planejamento orçamentário financeiro e planejamento estratégico institucional
	Cláusula contratual de reajuste por índices
ADM.20 - Realização de pesquisa junto ao mercado e outros órgãos/ entidades com objetivo de justificar a vantagem da prorrogação de contratos de prestação de serviços de duração continuada	Ferramenta de pesquisa de preços
ADM.21 - Avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade e a não avaliação de outros com alto risco de ilegalidades	Cronograma do plano de projeto de licitação sustentável
	Lista de verificação da AGU para análise jurídica
	Lista de verificação para análise jurídica do Tribunal
ADM.22 - Continuidade de licitação com vícios de legalidade	Parecer jurídico com ressalvas
	Acompanhamento do cumprimento das ressalvas
	Manual de processos administrativos
ADM.23 - Aceitação ou recusa de propostas em desacordo com o edital	Equipe de apoio ao pregão eletrônico
	Manual de processos administrativos
	Capacitação e formação de pregoeiros
	Convocação de apoio técnico ao pregão
	Reformulação da estrutura organizacional da unidade responsável pelos procedimentos licitatórios
ADM.24 - Execução em maior grau de detalhe de procedimentos com baixo risco e a não execução, ou execução com menor nível de detalhe, de outros com alto risco	Equipe de apoio ao pregão eletrônico
	Manual de processos administrativos
	Procedimentos de seleção do fornecedor
	Lista de verificação de procedimentos de seleção do fornecedor
ADM.25 - Descumprimento de prazo para ajuste de propostas	Prazo para ajuste de proposta de acordo com a complexidade do objeto
	Pregoeiro avalia necessidade de maior prazo
ADM.26 - Recusa dos servidores mais capacitados da organização para exercerem a função de fiscal de contrato ou participarem de comissões de recebimentos	Fiscalização administrativa de contratos
	Manual de processos administrativos
	Procedimentos em gestão de contratos
	Sistema informatizado de gestão de contratos
ADM.27 - Não fiscalização adequada dos aspectos sobre os quais não detêm competência	Unidade especializada na gestão e fiscalização de contratos de serviços com dedicação de mão-de-obra
	Fiscalização administrativa de contratos
	Guia de fiscalização de contratos
	Manual de processos administrativos
	Procedimentos em gestão de contratos
	Capacitação em gestão de contratos
ADM.28 - Não fiscalização adequada dos aspectos sob sua responsabilidade	Fiscalização administrativa de contratos
ADM.29 - Descumprimento dos princípios do devido processo legal e do contraditório e outras falhas de natureza processual administrativa	Manual de processos administrativos
	Fluxograma de apuração de penalidades em contratos
	Processo de controle de penalidades em separado
ADM.30 - Vencimento de contratos natureza continuada sem licitação iniciada/finalizada	Fiscalização administrativa de contratos
	Sistema informatizado de gestão de contratos
	Plano anual de aquisições
	Mecanismo de fiscalização de obrigações acessórias
ADM.31 - Inadimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada	Fiscalização administrativa de contratos
	Manual de processos administrativos
	Capacitação em fiscalização administrativa de contratos
	Contratos no sistema de gestão orçamentária (SIGEO)
ADM.32 - Contratações emergenciais	Cadastro de contratos no google agenda
	Sistema informatizado de gestão de contratos
ADM.33 - Recebimento de bens serviços	Mecanismos de controle do acordo de nível de serviço





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

que não atendem aos requisitos do contrato	Segregação de recebimento provisório e definitivo
	Fluxograma da fiscalização e do recebimento do objeto
	Manual de processos administrativos
	Capacitação em fiscalização técnica de contratos
ADM.34 - Pagamento de fornecedor em débito com a fazenda	Habilitação do gestor do contrato no SICAF e BNDT
	Lista de verificação para pagamento
ADM.35 - Atraso nos pagamento de faturas	Fluxograma da liquidação e pagamento da despesa
	Autuação de processo de pagamento em separado
	Lista de verificação para pagamento

### 1.9. TRT9

Constam os seguintes riscos no Inventário de Riscos da Secretaria de Engenharia e Arquitetura:

Descrição	Tipo de Risco
Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - atraso na Contratação	Aquisições e Contratações
Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - atraso no alvará da obra, em decorrência do atraso na formalização da unificação dos lotes	Aquisições e Contratações
Reforma Cajuru - não ser executada em 2023/ risco de RAP	Aquisições e Contratações
Reforma FT Ponta Grossa - risco de RAP	Aquisições e Contratações
Atraso na conclusão da contratação do mobiliário sob medida para o Edifício Rio Branco	Aquisições e Contratações
Atraso na contratação da obra para sistema de geração de energia solar fotovoltaica	Aquisições e Contratações
Atraso na execução da reforma do Edifício Rio Branco, em virtude da alta incidência de chuva no período da execução. Reforma: Edifício Rio Branco - delimitação do alinhamento predial (muro de vidro) e revitalização das calçadas + remoção das placas de gesso acartonado sob as telhas do casarão.	Obras/Reformas
Atraso na execução na obra de ampliação do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Colombo, em virtude da alta incidência de chuva no período da execução.	Obras/Reformas
Imóveis com regularização pendentes	Outros

### 1.10. TRT10

Em resposta à RDI 6/2024, o tribunal encaminhou planilhas de identificação, análise e avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica do processo de "Gerir imóveis", riscos resumidos a seguir:

Risco	Ação de tratamento
Solidez das fundações e estruturas de concreto armado - Recalque das fundações	Deve ser identificado o motivo do recalque (vazamento de tubulões próximo da fundação, excesso de carga, etc). A fonte da patologia deve ser tratada, para que se evite o agravamento do problema. Posteriormente deve ser avaliada a necessidade de reforço estrutural da fundação.
Solidez das fundações e estruturas de concreto armado - Fissuras e trincas estruturais	Deve ser identificado o motivo do aparecimento das trincas (vazamento de tubulões próximo da fundação, excesso de carga, etc). A causa deve ser tratada, para que se evite o agravamento do problema. Posteriormente deve ser realizado o reparo e avaliada a necessidade de reforço estrutural da região afetada.
Solidez das fundações e estruturas de concreto armado - Corrosão de armadura	Deve ser identificado o motivo que deu causa à corrosão da armadura. A fonte da patologia deve ser tratada, para que se evite o agravamento do problema. Posteriormente deve ser realizado o reparo e avaliada a necessidade



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

	de reforço estrutural da estrutura afetada. A área afetada deve ser isolada e deve ser avaliado o risco de desabamento ou colapso.
Solidez das fundações e estruturas de concreto armado - Deformação de elementos estruturais	Deve ser identificado o motivo da deformação da peça estrutural. A região afetada deve ser escorada e isolada. A causa deve ser tratada, para que se evite o agravamento do problema. Posteriormente deve ser realizado o reparo e avaliada a necessidade de reforço estrutural da região afetada.
Solidez das fundações e estruturas de concreto armado - Colapso de estrutura	Trata-se de um evento grave, devendo ser previsto um plano de evacuação eficiente, voltado para a preservação da vida dos usuários da edificação. Após a evacuação completa da edificação, deve ser realizada uma verificação completa do impacto nas estruturas remanescentes, visando a obtenção de um panorama claro da possibilidade de retorno ou não ao prédio.
Piso alvenaria e revestimentos - Fissuras e trincas estruturais	Após a identificação da patologia, é importante determinar a causa raiz do problema, que pode estar relacionada a movimentações estruturais, excesso de carga, problemas de fundação, entre outros fatores. Com base na causa identificada, é possível planejar a melhor abordagem para a correção do problema. Para trincas e fissuras de pequena extensão, é possível utilizar técnicas de reparo como injeção de resina epóxi, aplicação de argamassa ou rejuntamento adequado. Já para trincas e fissuras mais extensas ou que apresentem evolução, pode ser necessário realizar um reforço estrutural, com a aplicação de reforços metálicos ou outros materiais adequados. Além disso, é importante garantir que a origem do problema seja corrigida, por exemplo, solucionando problemas de drenagem ou estabilizando a fundação.
Piso, alvenaria e revestimentos - Manchas e eflorescências	Identificar a causa das manchas e eflorescências, que podem ser provocadas por vazamentos, infiltrações, problemas de drenagem, etc. Após a identificação da causa, é possível planejar a melhor abordagem para a correção do problema. Para manchas superficiais, é possível realizar a limpeza e remoção das manchas utilizando produtos adequados e técnicas específicas de limpeza. No entanto, se as manchas forem mais profundas ou persistentes, pode ser necessário realizar tratamentos mais intensivos. No caso de eflorescências, que são depósitos brancos de sais minerais, é importante identificar e corrigir a fonte do problema, que geralmente está relacionada à umidade e à migração dos sais através dos materiais de construção. Para a correção, é necessário remover as eflorescências existentes e aplicar produtos impermeabilizantes ou seladores para evitar a penetração de água e o reaparecimento do problema.
Piso, alvenaria e revestimentos - Destacamento de placas	Após a identificação das causas, é possível planejar a melhor estratégia de correção. Geralmente a correção envolve a remoção das placas soltas ou danificadas e a preparação adequada da superfície para a instalação de novas placas. Isso pode incluir a limpeza, nivelamento e aplicação de adesivos, parabolts ou argamassas especiais para garantir uma aderência adequada. Além disso, é importante considerar a correção de qualquer problema estrutural subjacente que possa estar contribuindo para o destacamento das placas, como a reparação de fissuras ou a estabilização da base.
Piso, alvenaria e revestimentos - Impermeabilização inadequada	Para corrigir esses problemas, é necessário identificar as áreas afetadas e a causa raiz do problema. Em seguida, é preciso realizar a remoção dos revestimentos danificados, reparar ou substituir a impermeabilização existente e, por fim, aplicar uma nova camada de impermeabilizante adequado para garantir a proteção contra a entrada de água. Além disso, é importante realizar uma inspeção periódica das áreas impermeabilizadas, a fim de identificar eventuais desgastes ou falhas e realizar a manutenção preventiva, evitando assim problemas futuros.
Piso, alvenaria e revestimentos - Problemas nas juntas	Para corrigir problemas relacionados às juntas, é necessário identificar a causa raiz do problema. Pode ser necessário reparar ou substituir juntas danificadas, utilizando materiais adequados, como selantes, tarucel ou argamassas flexíveis, para garantir a vedação e a estabilidade das estruturas.
Esquadrias e cobertura - Problemas de estanqueidade	Limpar e lubrificar as esquadrias, verificando as condições dos selantes e vedantes, e substituindo as peças danificadas, se necessário.
Esquadrias e cobertura - Oxidação de peças	Limpar e lubrificar as peças metálicas, verificando as condições de oxidação, e substituindo as peças danificadas, se necessário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

metálicas	
Esquadrias e cobertura - Trincas em vidros	No caso de peças danificadas, é necessário substituí-las imediatamente por peças com a mesma especificação original. Deve ser realizada a limpeza regular dos vidros utilizando produtos adequados, como detergentes suaves e não abrasivos, evitando o uso de substâncias corrosivas que possam danificar a superfície. É recomendado utilizar panos ou esponjas macias para evitar riscos.
Esquadrias e cobertura - Problemas mecânicos	Caso seja identificado algum desgaste, folga ou quebra, é importante efetuar a substituição ou o reparo. As partes móveis das esquadrias devem ser limpas e lubrificadas, utilizando produtos adequados para evitar o acúmulo de sujeira e a corrosão.
Esquadrias e cobertura - Problemas de impermeabilização	Caso seja identificado algum problema, é necessário realizar o reparo imediatamente (desde que não esteja chovendo), utilizando materiais adequados para o sistema de impermeabilização existente no local.
Instalações elétricas - Quadros de distribuição com desbalanceamento de fases	Redistribuir as cargas, de modo a equalizar a demanda elétrica. Além disso, é importante verificar periodicamente a conexão dos cabos nos bornes dos quadros de distribuição, garantindo que estejam bem fixados e sem sinais de aquecimento. Também é fundamental inspecionar os dispositivos de proteção, como disjuntores e fusíveis, verificando sua integridade e funcionamento correto.
Instalações elétricas - Quadros de distribuição com circuitos não identificados	Criar, com base nos projetos ou situação atual, diagramas elétricos, que mostram a distribuição dos circuitos e permitem a identificação correta de cada um. Além disso, é recomendado criar um registro atualizado dos circuitos, indicando quais equipamentos ou áreas da edificação estão conectados a cada um deles.
Instalações elétricas - Problemas na distribuição de energia entre quadros	Caso seja identificado um desequilíbrio, é preciso redistribuir as cargas entre os quadros, levando em consideração a capacidade de cada um. Isso pode ser feito através da transferência de alguns circuitos para quadros com menor carga ou pela instalação de dispositivos de distribuição, como barramentos ou subquadros. Além disso, é importante verificar a qualidade da energia fornecida, avaliando a presença de distorções, quedas de tensão ou outros problemas que possam interferir na distribuição adequada da energia. Após a inspeção termográfica, deve ser programado desligamento da rede para serviço de reaperto de conexões que apresentaram superaquecimento.
Instalações elétricas - Fiação em mal estado	Caso sejam identificadas áreas problemáticas, é importante substituir imediatamente os cabos defeituosos por novos, utilizando materiais de qualidade e seguindo as normas técnicas de segurança. Além disso, realizar uma revisão completa da fiação, verificando a qualidade da instalação, a adequação das bitolas dos cabos e a correta identificação de cada circuito.
Instalações elétricas - Ausência de gerador e circuitos de emergência	Desenvolver um plano de ação para implementar circuitos de emergência, que garantam o funcionamento dos sistemas essenciais, como iluminação de emergência, elevadores, bombas de incêndio e sistemas de segurança. Além disso, é importante avaliar a possibilidade de instalação de um gerador de energia, que possa ao menos suprir as demandas energéticas emergenciais da edificação em casos de falta de energia da rede pública.
Instalações hidrossanitárias - Reservatório superior - problemas de vedação e vazamentos	Reparar as áreas danificadas, aplicando materiais de vedação adequados e garantindo uma selagem eficiente. Após a realização dos reparos, deve-se realizar um teste de estanqueidade para garantir a qualidade dos serviços executados.
Instalações hidrossanitárias - Tubulações rompidas e/ou deterioradas	Caso seja identificado algum problema executar os reparos necessários de forma imediata, substituindo de trechos de tubulação danificados e reforçando conexões enfraquecidas. Além disso, é fundamental realizar testes de pressão após os reparos, a fim de verificar se as tubulações estão funcionando corretamente e não apresentam vazamentos.
Instalações hidrossanitárias - Tubulações com vazamento ou deterioradas	Caso seja identificado algum problema, é importante realizar os reparos necessários de forma imediata. Executar reparos pontuais, substituição de trechos de tubulação, troca de conexões enfraquecidas e o uso de materiais adequados para garantir a durabilidade das tubulações. Devem ser realizados testes de pressão após os reparos, a fim de verificar se as tubulações estão funcionando corretamente e não apresentam vazamentos.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Instalações hidrossanitárias - Reservatório inferior - problemas de vedação e vazamentos	Realizar uma inspeção minuciosa do reservatório, identificando possíveis pontos de infiltração e vazamentos. Em seguida, é necessário reparar as áreas danificadas, aplicando materiais de vedação adequados e garantindo uma selagem eficiente. Após a realização dos reparos, deve-se realizar um teste de estanqueidade para garantir a qualidade dos serviços executados.
Instalações hidrossanitárias - Falha no funcionamento das bombas do sistema	Caso seja identificado algum problema, é necessário tomar medidas corretivas imediatas que podem incluir a substituição de peças desgastadas, como selos mecânicos, rolamentos e diafragmas, ajustes em válvulas de controle e limpeza de filtros. Além disso, é fundamental realizar testes de desempenho após os reparos, a fim de verificar se as bombas estão operando dentro dos parâmetros adequados, como vazão e pressão.
Instalações de gás - Ausência de ventilação nos abrigos de depósitos de gás	Caso seja identificado algum problema, como obstruções nas entradas e saídas de ar, é necessário tomar medidas corretivas imediatas. Isso pode envolver a limpeza dos dutos de ventilação, a instalação de exaustores adequados e a verificação das condições gerais do ambiente, como a presença de vazamentos ou rachaduras que possam comprometer a segurança.
Instalações de gás - Vazamentos nas tubulações, mangueiras, registros, válvulas e reguladores de pressão	Caso seja identificado um vazamento, é necessário tomar medidas corretivas imediatas, como o reparo ou substituição das tubulações danificadas, a vedação adequada dos registros e válvulas, e a realização de testes adicionais para garantir a efetividade das correções. A depender do tipo e volume do vazamento, deve-se avaliar a evacuação preventiva da edificação, até que o problema seja devidamente tratado.
Instalações de transporte vertical - Casa de máquinas - problemas elétricos ou mecânicos	Caso sejam identificados problemas mecânicos, como desgaste excessivo ou quebra de componentes é necessário realizar a substituição ou reparo das peças danificadas. Além disso, é importante verificar o sistema elétrico da casa de máquinas, incluindo a fiação, os painéis de controle e os dispositivos de segurança. Problemas elétricos, como curtos-circuitos ou falhas nos circuitos de controle, devem ser corrigidos prontamente para evitar danos aos equipamentos e riscos aos usuários.
Instalações de transporte vertical - Caixas de corrida - desgastes nos elementos mecânicos	Caso seja identificado desgaste excessivo ou danos nas peças, é necessário proceder com a substituição ou reparo adequado. Além disso, é essencial lubrificar regularmente as guias e trilhos para garantir um deslizamento suave da cabine do elevador. O uso de lubrificantes adequados e a aplicação correta dos mesmos são fundamentais para prolongar a vida útil dos componentes mecânicos da caixa de corrida. Outro aspecto importante da manutenção é o ajuste e alinhamento dos componentes, como as roldanas e os cabos de tração, para garantir um funcionamento adequado e seguro do elevador.
Instalações de transporte vertical - Cabine Interna - problemas elétricos ou mecânicos	Caso sejam identificados problemas, como falhas de funcionamento, curtos-circuitos ou mau funcionamento de botões e indicadores, é essencial proceder com os reparos ou substituições necessárias, seguindo as normas e recomendações dos fabricantes. Além disso, é importante verificar os sistemas mecânicos da cabine, como as portas, os cabos de suspensão e os sistemas de freio. Qualquer desgaste excessivo, ruídos anormais ou falhas de funcionamento devem ser corrigidos prontamente, garantindo a segurança dos usuários do elevador. É fundamental também realizar a lubrificação adequada das partes móveis da cabine, a fim de evitar atritos desnecessários e prolongar a vida útil dos componentes.
Instalações de transporte vertical - Poço inferior - problemas nos elementos mecânicos	Caso sejam identificados problemas, como desgaste excessivo, oxidação ou danos estruturais, é essencial proceder com os reparos ou substituições necessárias, seguindo as normas e recomendações dos fabricantes. Além disso, é importante garantir que o poço inferior esteja livre de quaisquer obstruções, como detritos ou objetos estranhos, que possam interferir no funcionamento adequado do elevador. É fundamental também realizar a lubrificação adequada dos componentes mecânicos, a fim de reduzir o atrito e o desgaste prematuro das peças.
Instalações de proteção contra descargas elétricas atmosféricas - Existência de descontinuidade	Caso seja identificada a falta de continuidade, é fundamental proceder com a correção imediata desse problema, através da instalação de conexões e aterramentos eficientes.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Instalações de proteção contra descargas elétricas atmosféricas - Cabos de cobre soltos ou desgastados	Caso seja identificada a falta de continuidade, é fundamental proceder com a correção imediata desse problema, através da instalação de conexões adequadas e aterramentos eficientes. Além disso, é importante garantir que todos os componentes do sistema, como hastes de captação, condutores de descida e malhas de aterramento, estejam em bom estado de conservação e funcionamento. Caso sejam encontrados danos, desgastes ou corrosões, é essencial realizar os reparos ou substituições necessárias, de acordo com as normas e recomendações técnicas.
Instalações de proteção contra descargas elétricas atmosféricas - Sistema de aterramento com malha de captação insuficiente	Caso seja identificado algum cabo solto ou desgastado, é imprescindível proceder com a correção imediata desse problema. Isso pode incluir a fixação ou substituição dos cabos danificados, garantindo que eles estejam devidamente conectados e com uma continuidade adequada.
Instalações de proteção contra descargas elétricas atmosféricas - Problemas no barramento de equipotencialização principal (BEP)	Caso sejam encontrados problemas, como conexões soltas ou danificadas, é fundamental corrigi-los imediatamente. Isso pode envolver a fixação adequada das conexões soltas, substituição de elementos danificados ou sujos, e garantir que todas as partes do barramento estejam devidamente conectadas e com continuidade elétrica adequada.
Instalações de proteção contra descargas elétricas atmosféricas - Conexões corroídas	Caso sejam identificadas conexões corroídas, é fundamental realizar a limpeza e remoção de toda a corrosão presente, utilizando produtos específicos e seguindo as recomendações dos fabricantes. Em seguida, é importante avaliar a integridade das conexões e, se necessário, substituí-las por novas, garantindo assim a continuidade elétrica adequada.
Instalações de prevenção e combate a incêndio - Problemas no sistema de detecção e alarme	Uma vez identificado o problema, é importante tomar as medidas corretivas adequadas. Isso pode envolver reparar ou substituir os sensores ou equipamentos danificados, recolocar cabos soltos ou mal conectados, e atualizar o software de controle do sistema, se necessário.
Instalações de prevenção e combate a incêndio - Problemas nos extintores	Caso algum problema seja identificado, é necessário tomar medidas corretivas imediatas, como a troca de extintores danificados ou a recarga da carga extintora. Durante a realização de reparos ou recarga, o ambiente deve permanecer protegido por meio de um extintor reserva.
Instalações de prevenção e combate a incêndio - Problemas nos hidrantes	Caso sejam identificados problemas, como vazamentos, entupimentos ou danos nos componentes dos hidrantes, é necessário realizar as correções necessárias o mais rápido possível. Durante a realização dos reparos, devem ser tomadas medidas extras para a proteção dos ambientes desguarnecidos, como por exemplo o reforço nas rondas da brigada e a disponibilização de mais extintores para o local.
Instalações de prevenção e combate a incêndio - Problemas nos chuveiros automáticos	Caso algum problema seja identificado, como vazamentos, entupimentos ou danos nos sprinklers, é necessário fazer as correções necessárias de forma imediata. Isso pode envolver a substituição de sprinklers danificados ou a limpeza e desobstrução dos bocais. Durante a realização dos reparos, devem ser tomadas medidas extras para a proteção dos ambientes desguarnecidos, como por exemplo o reforço nas rondas da brigada e a disponibilização de mais extintores para o local.
Instalações de prevenção e combate a incêndio - Problemas relacionados a rota de fuga	Caso sejam identificados problemas, como portas emperradas, trincadas ou com sinalização inadequada, é necessário realizar as correções necessárias de forma imediata. Além disso, é fundamental garantir a adequada iluminação das rotas de fuga, tanto natural quanto artificial, para facilitar a orientação dos ocupantes em situações de emergência.

### 1.11. TRT11

Consta do Relatório Gestão de Riscos 2018 que a Secretaria de Engenharia identificou, analisou e estabeleceu plano de ação para os seguintes riscos:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Evento de risco	Plano de ação
ER1 - Demanda errada/ não estruturada	
ER2 - Não elaboração do projeto	Solicitar da SETIC um computador que suporte o aplicativo AUTOCAD Criar um calendário para solicitar a aquisição de licença do software antes de expirar considerando o prazo administrativo
ER3 - Não elaboração do orçamento	

### 1.12. TRT12

Consta da Ata da 10ª Reunião do Comitê de Gestão de Riscos nas Contratações a identificação dos seguintes riscos:

R01 - Licitação fracassada
R02 - Licitação deserta
R03 - Nulidade
R04 - Revogação por interesse da administração
R05 - Perda do prazo limite para realização da contratação
R06 - Impugnação da licitação
R07 - Superveniência de indisponibilidade orçamentária
R08 - Especificação de objeto não atende a necessidade (solução errada)
R10 - Objeto muito especificado (com excesso de requisitos ou com qualidade superior ao necessário)
R11 - Contratação de produto/serviço não necessário
R12 - Contratar solução obsoleta ou próxima da obsolescência
R13 - Contratar solução (pseudoeconômica) antieconômica (sentido restrito, vida útil, custo de manutenção x custo de instalação)
R14 - Objeto mal especificado (pouco ou muito especificado) gerando questionamentos dos licitantes
R15 - Perda do prazo limite para realização da contratação
R16 - Mudança nos padrões de consumo (ex: pje e consumo de papel)
R17 - Superestimativa no planejamento (sobra de produtos ou serviços)
R18 - Mudança do serviço prestado (fornecedores - ex: carro, taxigov, ubergov)
R19 - Subestimativa no planejamento (falta de produtos ou serviços)
R20 - Valores superestimados da contratação
R21 - Superfaturamento
R22 - Realizar aquisições semelhantes de programas nacionais (ex: trabalho seguro, trabalho infantil), não previstos no PÁAC
R23 - Falta de comunicação das unidades demandantes que realizam compra direta de objetos semelhantes

Consta do Relatório Sintéticos do Ciclo de 2022 a identificação dos seguintes riscos da etapa de gestão e fiscalização contratual:

Evento de risco	Tratamento dos riscos
1. Diferenças de entendimentos e expectativas entre as partes contratante e contratada	
2. Contrato descoberto de garantia (de acordo com o objeto) nas prorrogações e acréscimos contratuais	
3. Dependência excessiva em relação à contratada	Inserção no termo de encerramento do contrato de alerta acerca da dependência excessiva da contratada, para que a próxima equipe de planejamento da contratação avalie a revisão dos requisitos (restringir aos modelos de contratação de TIC)
4. Interrupção do contrato	
5. Ineficácia da garantia contratual	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

6. Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato	1 - Avaliar a exata medida do desequilíbrio na proposta da contratada, de modo a reequilibrar a contratação na proporção encargo/remuneração estabelecida originalmente; 2 - Não emitir Ordens de Execução de Serviços, sem que tenham sido providenciadas todas as condições prévias para tanto.
7. Perda das condições de habilitação da contratada durante a execução	
8. Atraso na execução contratual/Atraso na entrega do objeto	1 - Observar os critérios de aceitabilidade das justificativas para a prorrogação de prazo conforme estabelecido art. 36, b, da Portaria 340/2022; 2 - Monitorar junto à empresa para que os prazos de adimplemento sejam observados.
9. Inadimplência trabalhista e previdenciária e de FGTS da contratada	
10. Ineficiência ou incapacidade de execução do objeto pela contratada	Registrar com imediatez as ocorrências da execução contratual e aplicar corretamente os Níveis Mínimos de Serviço e as penalidades previstas no contrato.
11. Ineficiência na gestão e fiscalização do contrato	1- Aprimorar a capacitação de servidores envolvidos na gestão e fiscalização dos contratos; 2 - Capacitação dos superiores hierárquicos (SUGESTÃO: INCLUIR TEMA NO CURSO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS OBRIGATÓRIO); 3 - Equalização da carga de contratos por gestor e fiscais de contratos; 4 - Submeter pesquisa aos gestores e fiscais de contrato sobre as maiores dificuldades encontradas na fiscalização do contrato.
12. Ingerência da Administração na atuação do gestor	1 - Divulgação de canais que recebam a comunicação/denúncia acerca desses comportamentos e consequente apuração das irregularidades; 2 - Capacitação de servidores envolvidos na gestão e fiscalização dos contratos.
13. Penalização inadequada da contratada em caso de descumprimento contratual	
14. Atraso no pagamento à contratada	
15. Exigir da contratada obrigações não-pactuadas em contrato	
16. Frequência irregular nos postos terceirizados	
17. Penhora judicial dos créditos devidos à contratada	

### 1.13. TRT13

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

### 1.14. TRT14

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1.15. TRT15

Consta do inventário de riscos do tribunal a identificação de riscos relacionados aos processos de trabalho "Processo Geral de Contratações", "Procedimento de contratação e acompanhamento", "Procedimento Licitatório", "Gestão da Manutenção", "Gestão de Projetos e Obras" e "Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis".

Processo de Trabalho	Evento de Risco	Priorização
Processo Geral de Contratações	Deixar de efetuar, ou efetuar de forma equivocada, alguma observação relevante nos documentos sob análise.	Priorizado
	Valor estimado mostrar-se abaixo do que os licitantes conseguem ofertar	Priorizado
	Empresa retardar o cadastro ou assinatura no sistema.	XX
	Empresa deixar de ter as certidões de regularidade fiscal válidas.	XX
	Empresa não efetuar a contraprestação (fornecimento do bem ou prestação do serviço) apesar de comunicada da Nota de Empenho.	XX
	A solicitação da consulta ocorrer muito próxima ao final do prazo de vigência do Contrato.	Priorizado
	As empresas consultadas não possuírem regularidade fiscal e não puderem providenciar a regularização. Empresas consultadas, apesar de regulares, não aceitarem as condições de contratação do Tribunal.	XX
Procedimento de contratação e acompanhamento	Execução fora da vigência.	XX
	Vigência acabe antes da execução total do contrato.	XX
	Empresa deixar de ter as certidões de regularidade fiscal válidas.	XX
	Risco de duplicidade ou faturamento da Nota Fiscal.	XX
	Ter ressalvas ou apontamento de irregularidade no relatório do gestor.	Priorizado
	Pagar a menos que o valor contratual.	XX
	Empresa não apresentar garantia.	XX
	Empresa deixar de apresentar algum documento exigido, relacionado ao objeto.	XX
	Empresa pagar valor errado ou deixar de pagar verba trabalhista.	Priorizado
	Risco de descontinuidade contratual	Priorizado
	Risco de contratação com regras inapropriadas	Priorizado
	Risco de manter a contratação com regras inapropriadas	Priorizado
	Risco de não validade da contratação	XX
	Risco de não contratação de nova locação de imóveis.	XX
	Execução do convênio fora da vigência ou descontinuidade	Priorizado
Procedimento Licitatório	Objeto com falhas na estimativa de valor ou em sua descrição	XX
	Objeto com falhas na sua descrição e/ou ausência de requisitos necessários à disputa	XX
	Falha no edital e na disputa a ser realizada por incoerência em requisitos da disputa	XX
	Atraso no andamento do procedimento licitatório por apontamentos desnecessários	XX
	Falha no edital e na disputa a ser realizada por equívoco nos requisitos da disputa e da delimitação do objeto	XX
	Falha na delimitação da disputa	XX
	Descumprimento de determinação legal	XX



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Descumprimento de determinação legal	XX
	Falha na disputa. Descumprimento de determinação normativa.	XX
	Falha na disputa. Descumprimento de determinação normativa.	XX
	Falha na aquisição ou na contratação do objeto mais adequado.	XX
	Falha na disputa. Descumprimento de determinação normativa.	Priorizado
	Falha na disputa. Descumprimento de determinação normativa.	Priorizado
Gestão da Manutenção	Descumprimento de determinação legal	XX
	Chamado errado.	XX
	Fazer encaminhamento errado.	XX
	Fazer encaminhamento errado.	XX
	Aquisição incorreta.	XX
	Aquisição incorreta.	XX
	Abertura de procedimento de forma incorreta.	XX
	Nota Fiscal com itens incorretos.	XX
	Prejudicar a execução do serviço.	XX
	Atrasar a emissão correta da Nota Fiscal.	XX
	Realização parcial da manutenção.	XX
	Cumprir o determinado no projeto de forma errada.	XX
	Ter peças com menor tempo de vida útil.	XX
Gestão de Projetos e Obras	Realização parcial da manutenção.	XX
	Extravio de correspondência.	XX
	Não conseguir contratar empresa por falta de qualificação técnica	XX
	Demora na contratação devido às empresas selecionadas não enviarem a documentação exigida	XX
	Orçamento insuficiente para contratar o serviço	XX
	Contratação de empresa de baixa qualificação	Priorizado
	Empresa contratada não obedece os prazos estabelecidos em contrato	XX
	Situações imprevistas durante a execução do contrato	Priorizado
Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis	Planejamento deficitário dos serviços que serão executados durante o período	Priorizado
	Deficit de pessoal para atender a demanda	XX
	Orçamento insuficiente para contratar o serviço	XX
	Ausência de confecção do ranking	XX
	Não cumprimento dos prazos estipulados	Priorizado
	Baixo número de servidores da coordenadoria responsável, prejudicando o término da etapa	XX
	Indisponibilidade orçamentária	XX
	Não realização do controle da execução do Plano e falta de dados para analisar os resultados	XX
	Perda do prazo para envio ao CSJT para aprovação ou não aprovação da reforma/aquisição/obra	XX

#### 1.16. TRT16

Não há política, avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

#### 1.17. TRT17

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Contudo, em resposta à RDI SECAUDI 6/2024, o tribunal informou que a Secretaria de Infraestrutura, Manutenção e Serviços (SIMS) mapeia os riscos de acordo com cada objeto de contratação.

Fase	Risco	Proposta de medida mitigadora e/ou corretiva
Planejamento	Deficiências na definição da demanda	No caso de demanda adicional proceder com aditivo do contrato ou realizar contratação adicional conforme o caso.
	Superdimensionamento ou subdimensionamento dos riscos	Reavaliar riscos
	Estimativa de Orçamento incorreta	Em caso de deserta revisar orçamento e lançar novamente a licitação. Em outro caso estender a fase de lances para aumentar a competitividade.
	Critério de aceitabilidade de preços ineficiente	Aditivo contratual / Ação de fiscalização
	Deficiência nos critérios de sustentabilidade ambiental	Serão estudadas e adotadas medidas corretivas e/ou compensatórias
	Regras de repactuação mal definidas	Reavaliar situação
	Condições de habilitação excessivamente restritivas à competitividade	Reavaliar economicidade na renovação do contrato
Licitação	Signatário(s) incompetente(s); publicação intempestiva do extrato do contrato	Refazer procedimentos
	Divergências textuais entre Edital, Termo de Referência e Minuta de Contrato	Padronizar os procedimentos; implementar sistema de revisão e controle
	Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo licitatório no DOU e em jornal de grande circulação, se for o caso.	Republicar
	Ausência de remessa obrigatória dos recursos e defesas indeferidos no processo licitatório para apreciação da autoridade superior	Suspender licitação e encaminhar para autoridade para apreciação
	Não atendimento do parecer jurídico sem justificativa	Elaborar justificativa ou suspender/corrigir/relançar licitação
	Adjudicação de licitante sem documentação completa de habilitação exigida em edital	Retroceder fase e realizar diligências
Gestão do contrato	Desconhecimento (ou conhecimento superficial) dos termos da contratação por parte da Contratada	Atuação do fiscal junto ao preposto reiterando condições contratuais
	Inércia da fiscalização frente a descumprimento ou mal cumprimento de obrigações contratuais	Ação do Fiscal, apoio dos outros integrantes da divisão e, se for o caso, redistribuir contratos
	Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato	Ação do Fiscal, apoio dos outros integrantes da divisão e, se for o caso, redistribuir contratos
	Não manutenção das condições de habilitação	Extinção do contrato ou diligenciar junto a contratada para sanar situação
	Mora/falha na escolha e nomeação dos fiscais do contrato	Realizar a nomeação e aditivar contrato se for necessário
	Ausência de designação de preposto	Notificação imediata exigindo designação de preposto
	Falta de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos funcionários da Contratada e/ou de procedimentos de segurança.	Aplicação de multa e diligências de conscientização
	Não renovação ou reforço da garantia contratual, quando de aditivos ao	Saneamento com exigência da renovação/reforço da garantia

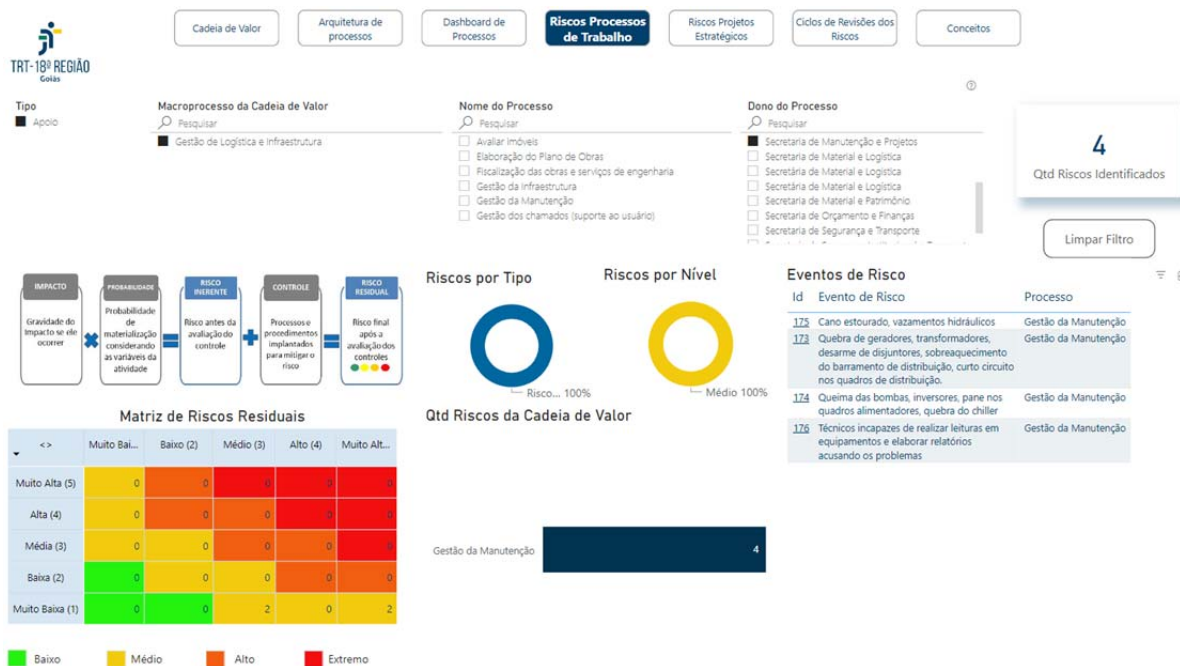


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	contrato	
	Descumprimento dos critérios de sustentabilidade	Aplicação de multa e diligências de conscientização
	Execução de serviços ou emprego de materiais em desacordo com o Projeto e especificações do Termo de Referência	Aplicação de multa e diligências junto ao preposto
	Atraso no pagamento à Contratada	Comunicação junto aos setores seguintes do processo de pagamento
	Atraso para o início efetivo dos serviços	Aplicação de multa

### 1.18. TRT18

A Secretaria de Manutenção e Projetos é responsável pelos subprocessos "Avaliar imóveis", "Elaboração do Plano de Obras", "Fiscalização das obras e serviços de engenharia", "Gestão da Manutenção" e "Gestão dos chamados (suporte ao usuário)", sendo mapeados apenas os riscos da "Gestão da Manutenção".



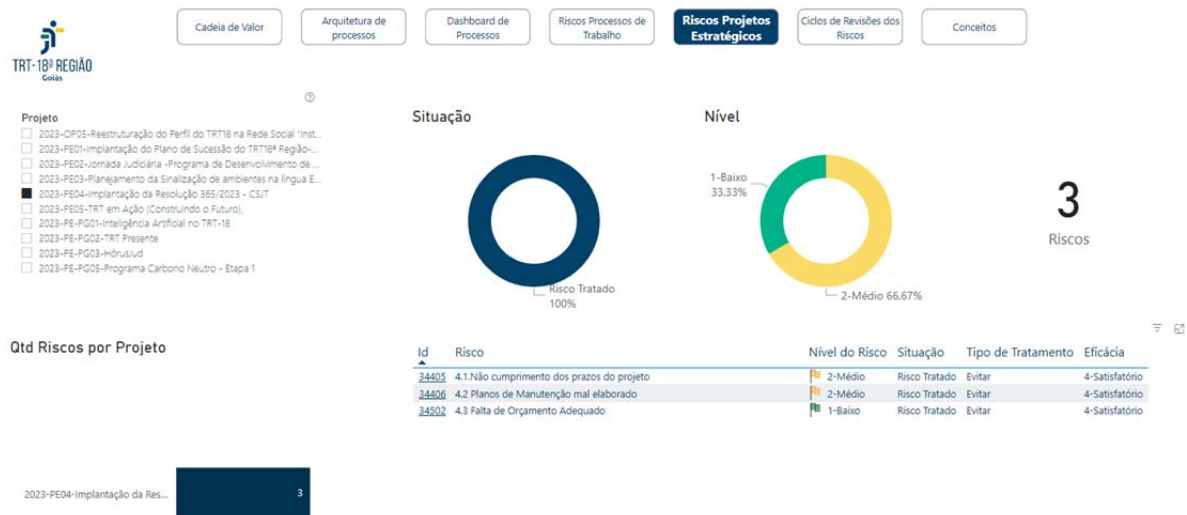
Processo de trabalho	Evento de risco
Gestão da Manutenção	Cano estourado, vazamentos hidráulicos
	Queima das bombas, inversores, pane nos quadros alimentadores, quebra do chiller
	Remoção não autorizada
	Técnicos incapazes de realizar leituras em equipamentos e elaborar relatórios acusando os problemas





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Secretaria de Manutenção e Projetos também é responsável pelo projeto estratégico "Implantação da Resolução 365/2023", tendo mapeados os seus riscos.

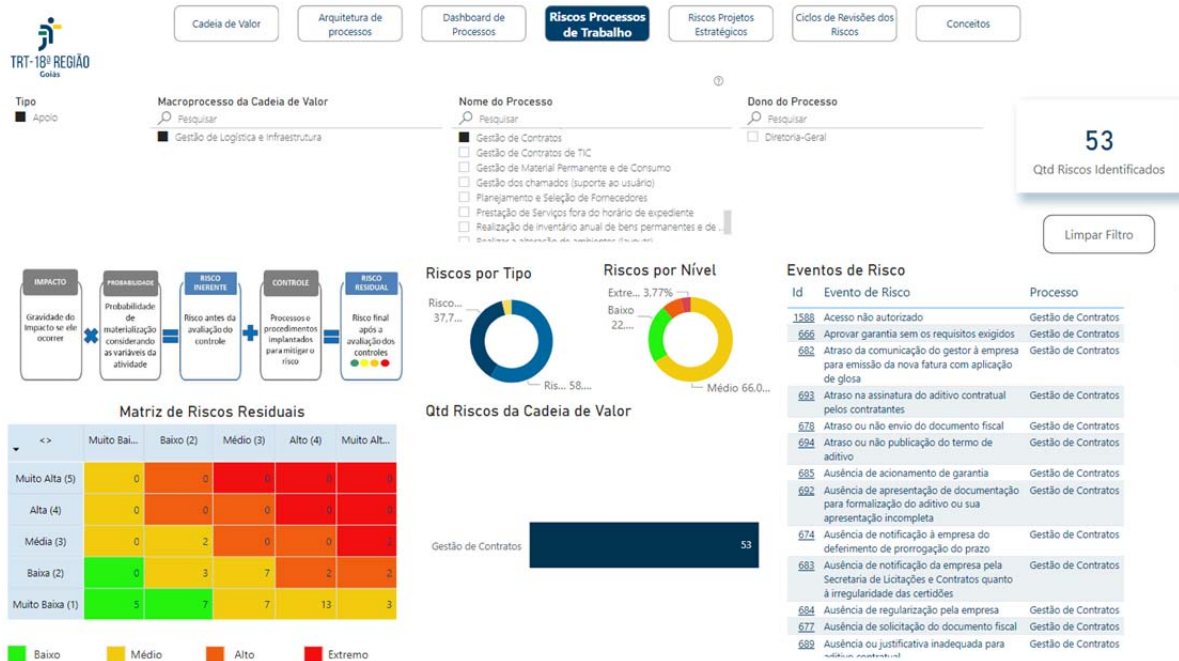


Projeto estratégico	Evento de risco	Nível
Implantação da Resolução CSJT 365/2023	Não cumprimento dos prazos do projeto	Médio
	Planos de Manutenção mal elaborados	Médio
	Falta de Orçamento Adequado	Baixo

Além dos riscos atribuídos à Secretaria de Manutenção e Projetos, os riscos do processo "Gestão de Contratos" também estão relacionados ao objeto de auditoria.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Processo de trabalho	Evento de risco
Gestão de Contratos	Aprovar garantia sem os requisitos exigidos
	Atraso da comunicação do gestor à empresa para emissão da nova fatura com aplicação de glosa
	Atraso na assinatura do aditivo contratual pelos contratantes
	Atraso ou não envio do documento fiscal
	Atraso ou não publicação do termo de aditivo
	Ausência de acionamento de garantia
	Ausência de apresentação de documentação para formalização do aditivo ou sua apresentação incompleta
	Ausência de notificação à empresa do deferimento de prorrogação do prazo
	Ausência de notificação da empresa pela Secretaria de Licitações e Contratos quanto à irregularidade das certidões
	Ausência de regularização pela empresa
	Ausência de solicitação do documento fiscal
	Ausência ou justificativa inadequada para aditivo contratual
	Coleta excessiva
	Compartilhamento com terceiros de forma irregular
	Cópia não autorizada
	Descumprimento da garantia pela empresa
	Elaboração da minuta do aditivo com dados incorretos ou atraso na elaboração da minuta
	Empresa sem condição de entregar o bem ou prestar o serviço
	Encaminhamento de documento fiscal/faturas/certidões/documentos com dados incorretos
	Entrega do serviço ou recebimento do bem fora da especificação exigida
	Entrega do serviço ou recebimento do bem fora da especificação exigida
	Erro ou atraso na estimativa de custos para o aditivo contratual
	Excesso de acúmulo de folhas nos passeios adjacentes ao TRT
	Excesso de acúmulo de folhas nos passeios adjacentes ao TRT
	Falha em atender os direitos do titular dos dados pessoais
	Falha ou erro no processamento
	Falta de transparência ou de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais
	Incompatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento
	Inércia da empresa contratada para dar início à prestação do serviço ou



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	entrega do bem
	Interrupção inesperada dos serviços prestados pela empresa
	Modificação não autorizada
	Não abertura de processo (procedimentos) para aplicação de penalidade à empresa
	Não acompanhamento da entrega do bem ou da prestação do serviço
	Não autuação em tempo hábil do processo de aditivo contratual
	Não conferência pelo gestor do contrato da necessidade de aplicação da glosa
	Não conferência pelo gestor do contrato da necessidade de aplicação de glosa
	Não juntada do aditivo contratual no processo principal
	Não recebimento definitivo do serviço ou do objeto
	Não solicitação da garantia contratual
	Não verificação do saldo da conta vinculada para devolução no encerramento do contrato de locação de mão de obra
	Perda/destruição acidental ou ilícita
	Pisos e superfícies molhadas podem causar incidentes
	Possibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos
	Prestação de serviço não iniciado dentro do prazo
	Publicação indevida ou desnecessária de dados pessoais
	Remoção não autorizada
	RETENÇÃO DOS DADOS POR TEMPO SUPERIOR AO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO
	Situações acidentais ou ilícitas de comunicação
	Tratamento dos dados para finalidade diversa da informada
	Vinculação ou associação indevida, direta ou indireta, dos dados pessoais ao titular

### 1.19. TRT19

Constam do mapa de riscos "contratar, adquirir determinado objeto para o TRT19" os riscos relacionados às contratações, resumido a seguir:

Processo de trabalho	Evento de risco	Nível	Controles
Governança das aquisições	E.R.1. Ausência de priorização das aquisições que apoiam a implementação das ações organizacionais mais relevantes.	Alto Mitigar	Plano anual de Contratação; Plano de Gestão das Contratações; Cronograma Anual das Contratações
	E.R.2. Erros e omissões por parte dos diversos setores envolvidos na execução do processo de contratação (desde o planejamento da contratação até seleção do fornecedor)	Extremo Evitar	Mapeamento dos processos de trabalho envolvidos no macroprocesso da contratação
	E.R.3. Falha na descrição do objeto contratado; ausência de análise crítica das soluções do mercado;	Alto Mitigar	Plano Anual de Capacitação das Contratações
Planejamento da contratação	E.R.4. Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes para contratação.	Alto Mitigar	Escolha da equipe de contratação adequada a natureza do objeto da contratação e sua respectiva capacitação periódica.
	E.R.5. Solicitações com exigências restritivas	Alto Mitigar	Escolha da equipe de contratação adequada a natureza do objeto da contratação e sua respectiva capacitação periódica.
	E.R.6. Inobservância do prazo indicado no Plano anual de Contratação	Extremo Evitar	Aplicação do Cronograma Anual das Contratações
	E.R.7. Contratações inadequadas	Extremo Evitar	Capacitação dos integrantes das equipes de planejamento na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

E.R.8.Contratações antieconômicas	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares quanto a análise de custo das soluções.
E.R.9.Desconsideração de riscos relevantes para cada contratação específica.	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes das equipes de planejamento na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares quanto a análise de risco.
E.R.10.TR ou PB cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou há contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual.	Alto Mitigar	Criação de um Banco de modelos de Projetos Básicos e Termos de Referência
E.R.11. Dificuldade em verificar a qualidade do serviço e de aplicar penalidades por falta utilização do IMR	Alto Mitigar	Capacitação dos agentes de contratações sobre a aplicação do IMR.
Aumento do preço da contratação.	Médio Aceitar	Risco aceitável
E.R.12.Contratações desalinhadas aos requisitos previstos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310/2021) e da Política de Sustentabilidade do TRT19 (RA TRT19 nº 235/2021)	Alto Mitigar	Disseminação dos requisitos de sustentabilidade nas contratações públicas definidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310/2021)
E.R.13.Subdimensionamento ou superdimensionamento da demanda	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Projetos Básico e Termo de Referência quanto a metodologia para quantificar a demanda.
E.R.14.Aplicação de penalidades desproporcionais ao dano causado.	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Projetos Básico e Termo de Referência quanto a aplicação de sanções
E.R.15.Ineficiência e ineficácia da fiscalização contratual.	Alto Mitigar	Elaboração de um Manual de Fiscalização das Contratações
E.R.16. Supervalorização ou subvalorização do valor de referência do objeto a ser contratado.	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Projetos Básico e Termo de Referência quanto a correta formulação do preço de referência
E.R.17.Contratação de empresa incapaz de executar o objeto contratado.	Alto Mitigar	Capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Projetos Básico e Termo de Referência no tocante a exigências técnicas e criação do Banco de Modelos de Projetos Básicos e Termos de Referência.
E.R.18.Limitação indevida da competição	Alto Mitigar	Criação do Banco de Modelos de Projetos Básicos e Termos de Referência e capacitação dos integrantes equipes de planejamento na elaboração dos Projetos Básico e Termo de Referência
E.R.19.Possibilidade de não serem finalizadas algumas contratações dentro do exercício financeiro.	Extremo Evitar	Aplicação do Cronograma Anual das Contratações
E.R.20. Descontinuidade do serviço em razão do comprovado desequilíbrio econômico/financeiro decorrente da perda do direito ao reajuste contratual.	Alto Mitigar	Inclusão, nas minutas contratuais, informação acerca da necessidade de manifestação da empresa quanto à inclusão no termo aditivo de cláusula garantidora de reajuste por ocasião dos pedidos de prorrogação do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

	Avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade e a não avaliação de outros com alto risco de legalidade.	Médio Aceitar	Risco aceitável
	Continuidade de licitação com vícios de legalidade.	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.4.Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes para contratação.	Alto Mitigar	Escolha da equipe de contratação adequada a natureza do objeto da contratação e sua respectiva capacitação periódica.
Seleção do Fornecedor	Aceitação ou recusa de propostas em desacordo com o edital.	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.21.Execução em maior grau de detalhe de procedimentos com baixo risco e a não execução, ou execução com menor nível de detalhe, de outros com alto risco.	Alto Mitigar	Aplicação de lista de verificação contendo os procedimentos previstos na legislação pertinente.
	Descumprimento de prazo para ajuste de propostas	Médio Aceitar	Risco aceitável
	Declarar a empresa vencedora da licitação com restrições para contratar com Administração Pública	Médio Aceitar	Risco aceitável
	A existência de grande número de propostas não mantidas após a fase de lances	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.22. Restrição da competitividade.	Alto Mitigar	Orientação sobre as formas de obtenção de propostas de preços para obtenção do valor de referência, nos termos do Ato TRT 130/2020
Gestão Contratual	E.R.23.Falhas durante a fiscalização quanto os aspectos sobre os quais não detêm competência	Alto Mitigar	Capacitação periódica dos gestores e fiscais da execução contratual.
	E.R.24.Não fiscalização adequada dos aspectos sob sua responsabilidade.	Alto Mitigar	Capacitação de novos servidores para função de fiscal contratual permitindo uma distribuição equitativa.
	E.R.25.Falhas/ausência no registro das ocorrências contratuais.	Alto Mitigar	Mapeamento do processo de fiscalização contratual e elaboração de modelos para acompanhamento da execução dos contratos.
	Impossibilidade de prorrogação contratual	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.26.Vencimento de contratos de natureza continuada sem licitação iniciada/finalizada.	Alto Mitigar	Criação de um Manual de Fiscalização das Contratações e atualização do normativo interno sobre a matéria.
	E.R.27.Inadimplemento de obrigações fiscais e sociais pela contratada.	Alto Mitigar	Criação de um Manual de fiscalização das Contratações
	Inadimplemento de obrigações trabalhistas pela contratada.	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.28.Ausência de garantia contratual ou garantia contratual insuficiente.	Extremo Evitar	Elaboração de norma sobre a gestão de garantias contratuais e capacitação dos agentes de contratação sobre o tema, desde a definição dos critérios para exigência de garantia e o acompanhamento desta durante a execução contratual.
	E.R.29.Recebimento de bens e serviços que não atendem aos requisitos do contrato.	Alto Mitigar	Escolha dos fiscais adequada a natureza do objeto da constatação e sua respectiva capacitação periódica.
	E.R.30.Ausência/ falha nos controles internos e sobrecarga dos fiscais quanto ao recebimento de bens e serviços	Alto Mitigar	Criação de controles internos para facilitar os trabalhos de fiscalização e reduzir erros e retrabalhos pelos fiscais.
	Pagamento de fornecedor em débito com a fazenda.	Médio Aceitar	Risco aceitável



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	E.R.31.Atraso na liquidação da despesa e no recolhimento de tributos (obrigações fiscais).	Alto Mitigar	Criação de controles internos para acompanhamento da liquidação de despesas e de recolhimento de tributos.
	E.R.32.Liquidação de despesa sem observância aos requisitos previstos em Lei	Alto Mitigar	Capacitação dos fiscais contratuais sobre a liquidação da despesa e adoção de lista de checagem e de modelo de despacho de liquidação da despesa.
	Atraso nos pagamentos de faturas.	Médio Aceitar	Risco aceitável
	E.R.33.Erro na avaliação da execução orçamentária e da disponibilidade orçamentária.	Alto Mitigar	Elaboração de norma sobre a obrigatoriedade de lançamento dos dados no Sigeo e reuniões com gestores e fiscais para orientação sobre os lançamentos devidos no Sigeo.

#### 1.20. TRT20

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

#### 1.21. TRT21

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

#### 1.22. TRT22

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

#### 1.23. TRT23

Consta do Relatório de Gestão de Riscos 2023 uma tabela de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos, bem como identificação de riscos-chave.

Apresenta-se a seguir resumo dos riscos do processo crítico "Gestão de bens imóveis" atribuídos à Secretaria de Infraestrutura, Serviços e Patrimônio (SISP). Ressalta-se que nenhum desses riscos foi identificado como risco-chave.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Processo de trabalho	Atividade/ Etapa relevante	Evento de risco	Resposta ao risco	Medida de tratamento
Gestão de Bens Imóveis	Manutenção Quinquenal	Planejamento Inadequado	Aceitar	
		Alteração de planejamento	Mitigar	Alterar os processos da manutenção/ engenharia (tratamento da demanda - fluxo interno)
				Plano operacional da engenharia/manutenção
				Plano tático da SISP
		Atraso na execução	Aceitar	
		Não execução ou execução parcial do escopo da manutenção	Aceitar	
		Execução parcial do escopo	Aceitar	
		Baixa qualidade dos serviços prestados	Aceitar	
		Não atendimento da demanda de forma satisfatória	Aceitar	
		Exposição de Tribunal a situação de irregularidade	Aceitar	
	Manutenção Preventiva	Desvio de recurso material	Aceitar	
		Desvio de processo judicial (físico)	Aceitar	
		Planejamento Inadequado	Mitigar	Elaborar lista de serviços de manutenção
		Não realização de manutenção preventiva	Aceitar	
		Baixa qualidade dos serviços prestados	Aceitar	
		Não atendimento da demanda de forma satisfatória	Aceitar	
		Exposição de Tribunal a situação de irregularidade	Aceitar	
		Desvio de recurso material	Aceitar	
		Desvio de processo judicial (físico)	Aceitar	
	Manutenção Corretiva	Serviço realizado de forma incompleta	Aceitar	
		Aumento da probabilidade de acidentes	Aceitar	
	Obra	Não atingimento do objetivo da obra	Aceitar	
		Falha na execução da obra	Aceitar	
		Não conclusão da obra no prazo estabelecido	Aceitar	
	Gestão de bens Imóveis	Não cadastramento do imóvel junto a SPU	Aceitar	
		Não reavaliação do imóvel	Mitigar	"Incluir no ETP da Contratação análise sobre a necessidade de reavaliar o imóvel. Atualização dos modelos de Termo de Recebimento Provisório e arquivamento de auto."
		Não reavaliação do imóvel	Aceitar	
		Reavaliar de forma incorreta	Aceitar	
	Limpeza e conservação	Edifícios sujos	Aceitar	
		Prestadores de serviço em condições inadequada de trabalho (EPI, EPC, uniforme e etc)	Aceitar	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Fonte: Relatório de Gestão de Riscos 2023

O TRT esclarece que foram identificados 3 (três) processos críticos na Secretaria de Infraestrutura, Serviços e Patrimônio (SISP): "Gestão de Bens Imóveis", "Gestão de Bens Móveis" e "Gestão Serviços Básicos e Insumos". Contudo, selecionaram apenas o processo de "Gestão de Bens Imóveis" para mapear os eventos de risco.

Apresenta-se a seguir resumo dos riscos dos processos críticos "Planejamento da contratação", "Seleção de fornecedor" e "Gestão e fiscalização contratual" atribuídos à Coordenadoria de Contratações (COC). Ressalta-se que nenhum desses riscos foi identificado como risco-chave.

PROCESSO DE TRABALHO	Atividade/Etapa relevante	EVENTO DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO	MEDIDA DE TRATAMENTO
Planejamento da Contratação	Elaboração do Edital	Ineficiência na comunicação entre os atores envolvidos	Aceitar	
	Elaboração do DOD	Não observância do PAC	Aceitar	
	Elaboração do DOD	Falta de alinhamento das contratações com os objetivos estratégicos	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Elaboração de ETP e PB/TR com especificações incorretas	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Elaboração de ETP e PB/TR sem considerar a solução completa	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Estimativas inadequadas	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Demora no planejamento das contratações	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Indisponibilidade orçamentária para demandas específicas	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Ausência de pessoas capacitadas	Aceitar	
Seleção de fornecedor	Elaboração do ETP/TR	Atraso no procedimento licitatório	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Licitação deserta/fracassada	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Problemas na avaliação dos critérios de habilitação.	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR	Estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Implementação da nova lei de licitações	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Reduzido corpo técnico qualificado	Aceitar	
	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Incapacidade técnico operacional por parte da empresa contratada	Aceitar	
Gestão e fiscalização contratual	Elaboração do ETP/TR/EDITAL	Serviço prestado de forma insatisfatório/ineficiente	Aceitar	
	Modelagem da	Contratada deixa de atender as	Aceitar	





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	contratação	condições econômicas para prestar serviços		
	Fiscalização Administrativa	Não observância da legislação trabalhista por parte das contratadas - nos contratos com cessão de mão de obra	Aceitar	
	Fiscalização Contratual	Atraso do pagamento à contratada	Aceitar	
	Fiscalização Contratual	Descumprir reiteradamente as obrigações contratuais	Aceitar	
	Fiscalização Contratual	Pessoalidade no trato com os terceirizados	Aceitar	
	Fiscalização Contratual	Não encaminhamento do pedido de prorrogação contratual em tempo hábil para o seu prosseguimento	Aceitar	

Fonte: Relatório de Gestão de Riscos 2023

O TRT esclarece que foram identificados em mapeados 3 (três) processos críticos na Coordenadoria de Contratações (COC): "Planejamento da Contratação", "Seleção de fornecedor" e "Gestão e fiscalização contratual".

#### 1.24. TRT24

Embora haja uma política de gestão de riscos, não há avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos relacionados à manutenção predial, conforme resposta à RDI SECAUDI 6/2024.

## 2. Avaliação de riscos e controles da Justiça do Trabalho

**R1 - Ausência ou demora na implementação da política de manutenção predial do TRT**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
5	8	40	Alto	TRT18	Priorizar o projeto.

**R2 - Ineficiência ou inadequação da política de manutenção predial do TRT**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
8	8	64	Alto	TRT18	Elaborar check list, realizar vistorias e reuniões com os gestores dos contratos de manutenção.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**R3 - Acidentes e/ou interrupções nas atividades do TRT  
(manutenção predial corretiva ou preventiva)**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
8	5	40	Alto	TRT2	Realização de manutenções periódicas; Comunicação ágil entre as equipes de administração predial, manutenção e engenharia; Execução de procedimentos emergenciais para restabelecimento do funcionamento da unidade; Contratação/aquisição de serviço em caráter emergencial; Treinamento sobre segurança do trabalho obrigatório para os prestadores de serviço residente e para os servidores.
				TRT4	Capacitação técnica dos servidores nos temas afetos à matéria de Segurança do Trabalho; Elaboração de planilha com alerta para controle de prazos (Plano de Prevenção e Combate a Incêndio);
				TRT8	Implementar solução para realização de manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial visando reduzir riscos de aparecerem rachaduras nas paredes do prédio; Elaborar e implementar checklist para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como rachaduras, goteiras e risco de curto-circuito elétrico; Instalar sprinkler, detectores de fumaça, alarme de incêndio, portas corta fogo, sistema de hidrantes e iluminação adequada; Implantar sistema de detecção e alarme de incêndio; Implementar solução para manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, visando reduzir riscos de danos pessoais e materiais motivados por instalações elétricas inadequadas; Projetar adequadamente os novos circuitos elétricos das instalações do Tribunal, dimensionando adequadamente sua carga de acordo com as normas específicas. Contratar profissionais especialistas em segurança do trabalho; Implementar solução para fornecimento e instalação de gerador elétrico; Implementar solução para aquisição de subestação de eletricidade; Instalar tapetes antiderrapantes com a finalidade de minimizar a possibilidade de magistrados, servidores e jurisdicionados sofrerem acidentes.
				TRT10	Plano de evacuação, em caso de colapso estrutural.
				TRT18	Certificado do Corpo de Bombeiros; Manutenção de geradores e nobreaks; Disponibilização de 2 grupos geradores e 2 nobreaks para redundância do backup; Teste semanal nos geradores do Data center.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**R4 - Falhas na avaliação e diagnóstico para correção dos problemas (manutenção predial corretiva)**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
8	5	40	Alto	TRT2	Inspeção predial periódica, realizada pela área técnica, a fim de avaliar todos os sistemas de cada imóvel, conforme a necessidade; Contratação de serviços para reforma, recuperação ou reforço de elementos construtivos; Capacitação; Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de cada servidor; Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; Realização de adaptações nos ambientes em caso de dificuldades de acesso.
				TRT4	Registro formal de acompanhamento dos serviços realizados na contratação vigente, por meio de instrução de processo administrativo de fiscalização; Estabelecimento de rotina para confirmação de serviço finalizado.
				TRT8	Implementar soluções para realização de manutenção corretiva (ventilação natural, renovação de ar, controle de umidade, instalações hidráulica e elétrica, estrutural, elevadores);
				TRT10	Deve ser identificado o motivo da patologia e a fonte deve ser tratada, para que se evite o agravamento do problema. Posteriormente deve ser avaliada a necessidade de reforço ou reparo.

**R5 - Falhas na identificação, avaliação, diagnóstico e planejamento para correção dos problemas (manutenção predial preventiva)**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
2	8	16	Médio	TRT2	Inspeção predial periódica, realizada pela área técnica, a fim de avaliar todos os sistemas de cada imóvel, conforme a necessidade; Contratação de serviços para reforma, recuperação ou reforço de elementos construtivos; Capacitação; Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

					cada servidor; Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; Participação de servidores na Comissão de Acessibilidade.
2	8	16	Médio	TRT4	Definição formal, junto à administração, da priorização das demandas a serem atendidas, levando-se em consideração a natureza do serviço e a capacidade operacional; Mapeamento do fluxo do processo de elaboração de projeto, com definição de prazos adequados para execução de cada etapa; Criação de banco de dados com informações e plantas consolidadas, completas e atualizadas das edificações, incluindo feedbacks de contratações passadas e sistema informatizado de busca de informações; Implementação do conceito BIM e "clash detection" para auxiliar compatibilização de projetos e consequente melhora nas especificações.
				TRT8	Implementar soluções para realização de manutenção preventiva (ar-condicionado, controle de pragas, no-breaks, instalações hidráulica e elétrica, estrutural, elevadores); Elaborar e implementar checklist para auxiliar vistorias técnicas periódicas, que evidenciem vulnerabilidades como rachaduras, goteiras e risco de curto-circuito elétrico; Criar ou atualizar a documentação onde constam os projetos, diagramas, plantas e as built da rede elétrica das unidades; Implementar solução para realização de manutenção periódica por meio de fiscalização técnica.
				TRT18	Plano de Manutenção Predial.
				TRT23	Alterar os processos manutenção/engenharia (tratamento da demanda - fluxo interno); Plano operacional engenharia/manutenção; Plano tático da SISP; Elaborar lista de serviços de manutenção.

**R6 - Dimensionamento indevido da necessidade e definição inadequada do objeto da contratação**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
5	8	40	Alto	TRT1	Aperfeiçoamento da gestão de riscos; Aperfeiçoamento de capacitação; Reformulação do ETP online e a criação do formulário com elementos para elaboração do documento de referência; Implantação da metodologia BIM (compatibilidade de projetos executivos e orçamentação); Estudo pormenorizado sobre viabilidade de Projeto Básico



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

					simplificado para contratações na modalidade "dispensa de licitação"; Aprovação do anteprojeto por autoridade competente (DG/Presidência); Revisão do cronograma físico-financeiro pela equipe de fiscalização de obras; Estudo de viabilidade para revisão dos créditos para habilitação econômica dos licitantes.
5	8	40	Alto	TRT2	Capacitação; Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de cada servidor; Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; Criação de catálogo de materiais padronizados com descrição detalhada de insumos a serem adquiridos; Detalhamento das contratações após análise do histórico de ocorrências; Conferência redobrada de dados e valores; Revisão dos documentos básicos pela Seção de Informação Processual; Revisão do processo de compra ou contratação pela SCI e Assejur.
				TRT4	Planejamento formal da contratação com participação da equipe de fiscalização, contendo previsão justificada dos critérios de medição, fontes de referência (caderno técnico do SINAPI, TCPO); Elaboração de planilha compartilhada para que as áreas preencham os dados sobre encaminhamento das demandas do Plano de Gestão das Contratações; Criação de índice para análise da relação entre o valor estimado e o valor adjudicado; Checklist de revisão quanto aos aspectos legais de viabilidade do projeto antes do encaminhamento à licitação; Contratação de escritório especializado para elaborar projetos unificados; Limitação das demandas designadas simultaneamente a cada servidor em função da natureza do serviço e capacidade operacional;
				TRT8	Plano Plurianual de Obras; Plano anual de aquisições; Plano de projeto de licitação sustentável; Proposta orçamentária prévia; Licitações no primeiro semestre; Alinhamento entre planejamento orçamentário financeiro e planejamento estratégico institucional; Padronização de termos de referência, projetos básicos, editais de licitação e contratos; Manual de processos Administrativos; Aplicação da IN SLTI/MPOG nº 5/2014; Ferramenta de pesquisa de preços; Capacitação;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

					Fluxograma do processo de gestão de contratos.
5	8	40	Alto	TRT11	Solicitar da SETIC um computador que suporte o aplicativo AUTOCAD; Criar um calendário para solicitar a aquisição de licença do software antes de expirar considerando o prazo administrativo.
				TRT17	No caso de demanda adicional proceder com aditivo do contrato ou realizar contratação adicional conforme o caso; Reavaliar riscos; Em caso de deserta revisar orçamento e lançar novamente a licitação; Em outro caso estender a fase de lances para aumentar a competitividade. Aditivo contratual / ação de fiscalização, para critério de aceitabilidade de preços ineficiente; Reavaliar economicidade na renovação do contrato, para condições de habilitação excessivamente restritivas à competitividade.
				TRT18	Separar o objeto do contrato de manutenção predial; Realizar Estudos Técnicos Preliminares voltados para as experiências com os últimos contratos de manutenção predial.
				TRT19	Plano Anual de Contratação; Plano de Gestão das Contratações; Cronograma Anual das Contratações; Mapeamento dos processos de trabalho envolvidos no macroprocesso da contratação; Plano Anual de Capacitação das Contratações; Escolha da equipe de contratação adequada a natureza do objeto da contratação; Capacitação periódica; Aplicação do cronograma anual das contratações; Criação de um banco de modelos de projetos básicos e termos de referência; Disseminação dos requisitos de sustentabilidade nas contratações públicas definidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310/2021); Elaboração de um manual de fiscalização das contratações; Inclusão, nas minutas contratuais, informação acerca da necessidade de manifestação da empresa quanto à inclusão no termo aditivo de cláusula garantidora de reajuste por ocasião dos pedidos de prorrogação do contrato.
				TRT23	Incluir no ETP da contratação análise sobre a necessidade de reavaliar o imóvel; Atualização dos modelos de Termo de Recebimento Provisório e de arquivamento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**R7 - Seleção inadequada do fornecedor**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
8	5	40	Alto	TRT1	Programa de capacitação continuada.
				TRT2	Capacitação; Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de cada servidor; Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; Revisão dos documentos básicos pela Seção de Informação Processual; Revisão do processo de compra ou contratação pela SCI e Assejur.
				TRT4	Justificar ou comprovar encaminhamento a diversos fornecedores (no mínimo 3) na solicitação de aquisição/contratação.
				TRT8	Manual de processos Administrativos; Comprovação de capacidade técnica; Especificação pelo setor técnico de item relevante.
				TRT17	Refazer procedimentos; Padronizar os procedimentos; Implementar sistema de revisão e controle; Republishar; Suspender licitação e encaminhar para autoridade para apreciação, na ausência de remessa obrigatória dos recursos e defesas indeferidos no processo licitatório para apreciação da autoridade superior; Elaborar justificativa ou suspender/corrigir/relançar licitação, no não atendimento do parecer jurídico sem justificativa; Retroceder fase e realizar diligências, na adjudicação de licitante sem documentação completa de habilitação exigida em edital.
				TRT18	Separar o objeto do contrato de manutenção predial; Realizar Estudos Técnicos Preliminares voltados para as experiências com os últimos contratos de manutenção predial.
				TRT19	Aplicação de lista de verificação contendo os procedimentos previstos na legislação; Orientação sobre as formas de obtenção de propostas de preços para obtenção do valor de referência, nos termos do Ato TRT 130/2020.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**R8 - Gestão e fiscalização ineficiente da contratação**

Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		TRT	Controles Existentes
8	5	40	Alto	TRT1	Cartilha de Boas Práticas de Gestão e Fiscalização Contratual; Kit PDCA - Conjunto de modelos contendo procedimentos recomendados à fiscalização baseados na ferramenta de gestão "Ciclo PDCA".
				TRT2	Capacitação; Divisão do trabalho de acordo com a competência (CHA) de cada servidor; Realização de reuniões de nivelamento das tarefas desenvolvidas; Fiscalização efetiva do trabalho, verificando in loco a realização das atividades de acordo com a NR exigida, solicitando a paralisação do serviço em caso de descumprimento e regularização dos serviços; Aplicação de penalidades contratualmente previstas e, em último caso, rescisão contratual e contratação emergencial; Substituição de processos de apuração de descumprimento contratual por acordos de nível de serviço.
				TRT4	Estabelecer a figura do fiscal setorial (servidor da unidade judiciária autora da demanda), que atuará a depender da natureza do objeto e será auxiliado pela equipe de servidores da área técnica; Registro formal de acompanhamento dos serviços realizados na contratação vigente, por meio de instrução de processo administrativo de fiscalização; Capacitação técnica dos servidores nos temas afetos a medições em contratações; Conferência da tarefa por outro servidor; Levantamento de contratos em que há pagamento parcelado da garantia e acompanhamento, pelos fiscais; Revisão do fluxo do processo de sanções administrativas, com verificação, junto ao fiscal, de pendências contratuais que podem ensejar a necessidade de acionamento da garantia nos 30 dias que antecedem ao término da cobertura contratual; Contratação de serviço terceirizado de fiscalização; Limitação das demandas designadas simultaneamente a cada servidor em função da natureza do serviço e capacidade operacional; Incluir todos os serviços e materiais necessários para conclusão da obra na planilha de orçamento (fiscalização); Implementação do conceito BIM e "clash detection" para auxiliar compatibilização de projetos e consequente melhora nas especificações.
				TRT8	Capacitação fiscalização;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

				<p>Sistema informatizado de gestão de contratos; Guia de fiscalização de contratos; POP da renovação contratual portaria presi nº 641/2015; Padronização dos procedimentos de fiscalização técnica e administrativa; Manual de processos administrativos; Fluxograma do processo de gestão de contratos; Manual de processos administrativos.</p>
8	5	40	Alto	<p>TRT12 Avaliar a exata medida do desequilíbrio na proposta da contratada, de modo a reequilibrar a contratação na proporção encargo/remuneração estabelecida originalmente; Não emitir Ordens de Execução de Serviços, sem que tenham sido providenciadas todas as condições prévias para tanto; Observar os critérios de aceitabilidade das justificativas para a prorrogação de prazo conforme estabelecido art. 36, b, da Portaria 340/2022; Monitorar junto à empresa para que os prazos de adimplemento sejam observados; Registrar com imediatividade as ocorrências da execução contratual e aplicar corretamente os níveis mínimos de serviço e as penalidades previstas no contrato;</p>
				<p>TRT17 Atuação do fiscal junto ao preposto reiterando condições contratuais; Ação do fiscal, apoio dos outros integrantes da divisão e, se for o caso, redistribuir contratos; Extinção do contrato ou diligenciar junto a contratada para manutenção das condições de habilitação; Realizar a nomeação e aditar contrato se for necessário; Notificação imediata exigindo designação de preposto; Aplicação de multa e diligências de conscientização; Saneamento com exigência da renovação/reforço da garantia; Comunicação junto aos setores seguintes do processo de pagamento em caso de atrasos; Aprimorar a capacitação de servidores envolvidos na gestão e fiscalização dos contratos; Capacitação dos superiores hierárquicos; Equalização da carga de contratos por gestor e fiscais de contratos; Submeter pesquisa aos gestores e fiscais de contrato sobre as maiores dificuldades encontradas na fiscalização do contrato; Divulgação de canais que recebam a comunicação/denúncia acerca de ingerência da Administração na atuação do gestor e consequente apuração das irregularidades.</p>
				<p>TRT19 Capacitação periódica dos gestores e fiscais da execução contratual; Capacitação de novos servidores para função de fiscal contratual permitindo uma distribuição equitativa;</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

				<p>Mapeamento do processo de fiscalização contratual e elaboração de modelos para acompanhamento da execução dos contratos;</p> <p>Criação de um manual de fiscalização das contratações e atualização do normativo interno sobre a matéria;</p> <p>Elaboração de norma sobre a gestão de garantias contratuais;</p> <p>Escolha dos fiscais adequada a natureza do objeto da constatação e sua respectiva capacitação;</p> <p>Criação de controles internos para facilitar os trabalhos de fiscalização, acompanhamento da liquidação de despesas e de recolhimento de tributos;</p> <p>Elaboração de norma sobre a obrigatoriedade de lançamento dos dados no Sigeo e reuniões com gestores e fiscais para orientação sobre os lançamentos devidos no Sigeo.</p>
--	--	--	--	---